



www.oabgo.org.br



Serviços do Judiciário em pauta

Sessão debateu problemas
enfrentados pela advocacia na
justiça comum

PJe

Comissão de Direito Digital
crítica sistema

PRERROGATIVAS

Seccional representa contra
juiz no CNJ e TJ

SUPERSIMPLES

Adesão de advogados vai
gerar praticidade e economia



**CONFERÊNCIA
ESTADUAL DOS
ADVOGADOS**

0 A B - G 0

DE 27 A 29/05 - 2015

Um encontro entre o Direito e o conhecimento.

Participe do evento jurídico mais importante do Centro-Oeste e fique perto de grandes nomes do Direito. A ordem é não perder nenhum dia.

De 27 a 29 de maio.

- *Processo Civil*
- *Direito Civil*
- *Processo Penal e Direito Penal*
- *Processo do Trabalho e Direito do Trabalho*
- *Direito Público e Constitucional*
- *Direito Tributário*
- *Direito Previdenciário*
- *Direito Eleitoral*
- *Direito Digital*
- *Direito Ambiental e Agrário*
- *Direito Desportivo*
- *Painel da Advocacia Jovem*

Inscrições pelo site: www.oabgo.org.br

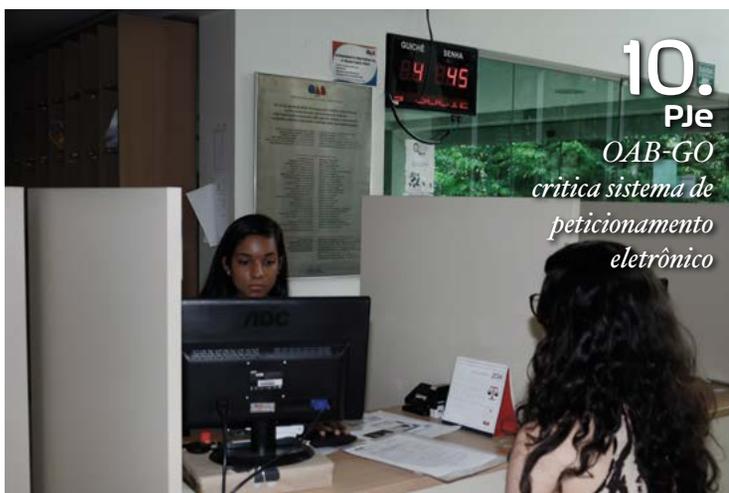




06.

CAPA

Sessão institucional do Conselho Seccional discute atendimento do Judiciário



10.

PJe

OAB-GO

critica sistema de peticionamento eletrônico



52.

VANTAGENS

OAB-GO

assina convênio com a CEF para oferecer benefícios aos inscritos

12. ELEIÇÕES LIMPAS

Movimento priorizou conscientização do cidadão com divulgação de lei eleitoral.

14. ELEIÇÕES 2014

Sabatina com candidatos ao Governo do Estado e ao Senado discutiu principais demandas da advocacia.

16. SUBSEÇÕES

OAB-GO Itinerante visita dez cidades para ouvir advogados do interior e divulgar ações.

20. SEGURANÇA PÚBLICA

Fóruns reúnem autoridades para discutir alternativas e ações contra a violência em Goiás.

24. TRIBUTÁRIO

Inclusão de advocacia no Supersimples é uma grande vitória que vai gerar economia.

26. COMEMORAÇÕES

Mês do Advogado foi marcado pelo tradicional Baile do Rubi e eventos de valorização da categoria.

27. MEDULA ÓSSEA

OAB-GO ingressa com Ação Civil Pública na Justiça Federal e derruba portarias que limitavam doação.

28. PRERROGATIVAS

Seccional concentra esforços no pagamento regular do honorários e reajuste do valor da UHD.

46. DIREITO DESPORTIVO

Seminário discute atualidades da Justiça Desportiva



24.

SURPESIMPLES

Mudança em regime tributário é uma conquista da advocacia brasileira



Uma publicação da Ordem dos
Advogados do Brasil, Seccional de Goiás

Diretoria OAB-GO

Henrique Tibúrcio | **presidente**
Sebastião Macalé Cacicano Cassimiro | **vice presidente**
Julio Cesar Meirelles Mendonça Ribeiro | **secretário-geral**
Márcia Queiroz Nascimento | **secretária-geral adjunta**
Enil Henrique de Souza Filho | **diretor-tesoureiro**

Conselheiros Estaduais

Adriano Gustavo de Oliveira e Silva | Afrânio Gotrim Virgens
Júnior | Alan Ribeiro Silva | Alex Neder | Alexandre Nunes Machado
Alexandre Magno de Almeida Guerra Marques | Alexandre Prudente
Marques | Alexandre Ramos Caiado | Alyne Cristine Lopes | André
Luiz Ignácio De Almeida | Antônio Carlos Monteiro da Silva
Antônio Paulo Luzzi | Antônio Pereira de Santana | Arlete Mesquita
| Carla Pinheiro Bessa Von Bentzen Rodrigues | Carla Sahium
Traboulsi | Carlos André Pereira Nunes | Carlos Martins de Oliveira
| Cecília Ferreira Reis Bueno | Chyntia Aquino da Costa Barcellos
Milazzo | Cleuber Cardoso | Douglas Dalto Messoria | Dyogo Crosara
| Eliomar Pires Martins | Enil Henrique de Souza Neto | Eurico de
Souza | Fernando Rodrigues da Silva Alves Costa | Flávio Buonaduce
Borges | Flávio Cardoso | Frederico Augusto Alves de Oliveira
Válthuille | Frederico Einstein Batista Cordeiro Nunes | Geraldo
Augusto Mateus | Giovanni Heverson de Mello Bueno | Haroldo
José Rosa Machado Neto | Hylulley Aquino Machado | Iron Amadeu
Camilo de Vasconcelos Naves | Ivan Sérgio Vaz Porto | Jefferson de
Paula Coutinho | Jerônimo José Batista | João Negrão de Andrade
Filho | Jorge Jungmann Neto | José Divino Moraes | José Fernandes
Peixoto Júnior | José Roberto Ferreira Campos | Leonardo Bezerra
Cunha | Lorena Barbosa Carneiro | Lúcio Bernardes Roquette |
Ludmila de Castro Torres | Luís Gustavo Nicoli | Manoel Leonilson
Bezerra Rocha | Marcelo Feitosa de Paula Dias | Márcio Messias
Cunha | Márcio Pacheco Magalhães | Marcos José de Jesus Porto
| Margaret de Freitas Silva | Mário Ibrahim do Prado | Marizélia
Ferreira Xavier Gomes | Mauracy Andrade de Freitas | Mônica Araújo
de Moura | Momimar Leão Alves | Murillo Macedo Lôbo | Neliana
Fraga de Sousa | Nilton Cardoso das Neves | Otávio Alves Forte |
Patrícia Miranda Centeno | Paulo César Reis Vieira | Rafael Lara
Martins | Rafael Martins Cortez | Renato de Sousa Faria | Samuel
Junio Pereira | Sérgio Franco Leão | Thiago Vinicius Vieira Miranda |
Valéria Jaime Pelá Lopes Peixoto | Vitor Hugo Albino Pelles | Werley
Carlos de Souza

Conselheiros Federais

Felicíssimo Sena | João Bezerra Cavalcante
| Miguel Ângelo Cançado | Jaime José dos Santos
| Reginaldo Martins Costa | Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Diretoria Casag

Júlio César do Valle Vieira Machado | **Presidente**
Hallan de Souza Rocha | **Vice-Presidente**
Larissa de Oliveira Costa | **Secretária-Geral**
André Sousa Carneiro | **Diretor-Tesoureiro**
Valdivino Clarindo Lima | **Diretor Secretário-Geral-Adjunto**
Israelton Pereira da Silva | **Diretor Adjunto**
Eliezer de Jesus Dias | **Diretor-Adjunto**
Nelson Borges de Almeida | **Diretor-Adjunto**
Milton de Sousa Bastos Júnior | **Diretor-Adjunto**
Francisco Sena da Silva | **Diretor-Adjunto**

Conselho Editorial

Diretoria da OAB-GO

Assessoria da Presidência

Thais Couto de Brito
62.3238.2075 – imprensa@oabgo.org.br

Assessoria de Comunicação Integrada da OAB-GO

Mariana Vellozo | Janete Ferreira | Ludmila Abreu
Paula Mello | Steffany Moraes

Estagiárias

Esthefany A. Noleto | Letícia Soares
Informações: 62.3238.2000

Revista da OAB-GO

É uma publicação feita pela Assessoria de Comunicação integrada
da OAB-GO.

Redação: Ana Carolina Castro e Carolina Pessoni

Fotografia: Leoiran & Pablo Mirans

Diagramação: Pablocitório - Estúdio de Design e Fotografia

Edição: Thais Couto

Comercialização

Costa: 62.3238-2065
e-mail: costa@oabgo.org.br

Impressão

Gráfica Formato/ Tiragem: 23,5 mil exemplares



OAB-GO mantém vigilância para garantir direitos do cidadão

As dificuldades enfrentadas pela advocacia no exercício profissional, em especial, no que se refere aos serviços prestados pela justiça comum, são intensa e seriamente monitoradas pela OAB-GO. Foram incontáveis reuniões e ofícios em 2014 na busca por efetivas melhorias.

Com o objetivo de sistematizar a discussão, foi realizada sessão institucional do Conselho Seccional, em setembro, exclusivamente para debater problemas constatados no Poder Judiciário que dificultam o pleno exercício profissional, desrespeitam, de alguma forma, os direitos e prerrogativas da advocacia, que são, de fato, garantias de assegurar os direitos do cidadão.

O caráter público e social da advocacia fortaleceu a categoria durante todos esse anos e consolidou a OAB como a principal entidade civil do país. É a história de lutas sociais e defesa de democracia que nos levou a sermos ouvidos como interlocutores

entre sociedade e instituições. Esse é o lugar da nossa relevante profissão, a única com referência expressa na Constituição Federal como indispensável à administração da justiça, ainda que alguns tentem apregoar o contrário.

Dessa forma, atitudes antirrepúblicas e que afrontam a Carta Magna como aquelas praticadas reiteradamente por magistrado goiano levaram a OAB-GO a colocar o assunto em pauta no Conselho Seccional e decidir por protocolizar representações no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Corregedoria do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO).

Os desdobramentos das sessões realizadas pela Seccional e o teor das discussões podem ser conferidos nesta edição da Revista da OAB-GO, que apresenta uma retrospectiva de ações da entidade em 2014. Boa leitura.

Henrique Tibúrcio
Presidente da OAB-GO



Conselho realiza Sessão Institucional sobre atendimento do Judiciário

SESSÃO DEBATEU PROBLEMAS ENFRENTADOS PELA ADVOCACIA NA JUSTIÇA COMUM

O bom funcionamento da Justiça depende de cooperação entre todos os profissionais e setores envolvidos. Ciente dessa condição, o Conselho da OAB-GO realizou no dia 10 de setembro uma Sessão Institucional para debater problemas enfrentados pela advocacia na justiça comum e que refletem na qualidade e celeridade da prestação jurisdicional aos cidadãos. Na ocasião, os conselheiros da OAB-GO expuseram os principais problemas observados, sugerindo possíveis soluções.

O conteúdo da reunião foi reunido em um ofício com as principais reivindicações da advocacia. O documento foi enviado em outubro pelo presidente da seccional goiana da OAB, Henrique Tibúrcio, ao presidente do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), Ney Teles de Paula. Entre as solicitações ao TJ-GO constam a implantação de Protocolo Integrado entre os Fóruns da Capital ou que as próprias Varas possam receber todas as petições destinadas àquelas escriturarias e não apenas as interlocutórias, como ocorre atualmente; o devido cumprimento de horários para prestação de serviços tanto na capital quanto em comarcas do interior; medidas para possibilitar a reativação de serviços como o Protocolo Integrado no estacionamento do Centro de Serviços da OAB/GO, a distribuição de senhas prioritárias para advogados em varas de família; gravação de sessões

de julgamento e câmeras internas nas escriturarias; a devida identificação dos servidores do TJ e a disponibilização no site do tribunal do inteiro teor das decisões proferidas e despachos exarados, de modo a facilitar o exercício da profissão e diminuir, significativamente, o deslocamento de pessoas a esse Tribunal para conhecimento dos referidos atos. Em novembro, Tibúrcio se reuniu com o presidente do TJ-GO para cobrar o atendimento das questões levantadas na Sessão Institucional. A reunião realizada no Tribunal contou com a presença do diretor-tesoureiro da Seccional, Enil Henrique Filho, conselheiro federal, Reginaldo Martins, diretor-geral da ESA-GO, Flávio Borges, do presidente da Comissão Acompanhamento Forense (CAF), o conselheiro Mauracy de Freitas, além dos conselheiros seccionais Dyogo Crosara e Marcelo Feitosa.

Na ocasião o presidente da seccional cobrou do presidente do TJ resposta ao ofício enviado em setembro solicitando que o recesso forense do Judiciário goiano, fixado entre 20 de dezembro de 2014 e 6 de janeiro de 2015, fosse prorrogado até o dia 20 de janeiro de 2015. A medida possibilitaria o merecido descanso aos advogados que militam na justiça comum estadual. No entanto, a Corte Especial do Tribunal decidiu manter o recesso apenas até o dia 6. A ausência de vagas no estacionamento do Fórum Criminal foi outro ponto

discutido no encontro. A OAB-GO argumentou que as dificuldades encontradas pelos advogados que militam no local têm gerado transtornos ao exercício da advocacia. “Temos que encontrar uma alternativa para atender à categoria”, afirmou Tibúrcio.

A determinação da restrição partiu do diretor do Foro de Goiânia, Átila Alves do Amaral, em razão de reforma realizada no prédio do Fórum Criminal. A direção do Foro chegou a solicitar à Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego) que permitisse o acesso de advogados ao estacionamento da associação, o que foi negado pela entidade.

As comissões de Acompanhamento Forense (CAF) e da Advocacia Jovem (CAJ) da OAB-GO também solicitaram ao diretor do Foro de Goiânia a protocolização de petições iniciais e interlocutórias no Fórum Fenelon Teodoro Reis (Setor Jardim Goiás) direcionadas ao Fórum Heitor Moraes Fleury (Setor Oeste) e vice-versa. Neste ponto, houve avanço: o pedido foi atendido por meio da portaria 229/2014, que autoriza o Protocolo II, localizado no Fórum Desembargador Fenelon Teodoro Reis, a protocolizar petições iniciais e interlocutórias de natureza Cível, como chancela e cadastramento.

Outras iniciativas

A OAB-GO, ao lado de outros sete operadores da justiça (TJGO; TRE; Ministério Público Federal e Estadual; Justiça Federal; Procuradoria-Geral de Justiça; Tribunal Regional do Trabalho (TRT 18ª Região) e Defensoria Pública), integra o Fórum Permanente do Sistema de Justiça em Goiás (Forjus), lançado em abril. O fórum é um ambiente informatizado, com o objetivo de compartilhar ideias, gestão de pessoas e do conhecimento, para que informações importantes possam ser alcançadas com mais celeridade e presteza. A iniciativa é pioneira no País e promove a integração das instituições na busca por avanços na gestão da justiça goiana. Seguindo este intuito, a seccional realizou, por meio da CAF, em agosto, entrevista com advogados militantes na Justiça Estadual para avaliar a satisfação dos profissionais em relação aos serviços prestados pelo Judiciário goiano. O questionário aplicado, composto por 10 perguntas, tratou da confiabilidade, de prazos e da qualidade

dos serviços prestados em 1º e 2º graus, inclusive na Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO). Foram ouvidos 93 advogados, a maioria com militância superior a 7 anos. Dos entrevistados, mais de 70% afirmam não serem tratados com respeito pelos servidores do Judiciário goiano e, também, mais de 70% dizem existir falta de respeito por parte dos juizes. Na abordagem, cerca de 50% dos entrevistados atribuíram nota inferior a 6 pontos, em uma escala de 0 a 10, quando o assunto se refere ao grau de confiança no TJ-GO.

As entrevistas com advogados foram realizadas com o objetivo de contribuir com o Tribunal de Justiça no aprimoramento dos serviços prestados à advocacia e à sociedade, além de utilizar os resultados para identificar gargalos e apresentar reivindicações pontuais para melhoria do atendimento nos serviços prestado pelo Tribunal.

A partir dessas constatações, a OAB-GO propôs ao Tribunal, via ofício, o Pacto de Cordialidade, para estimular mais urbanidade nas relações estabelecidas no ambiente forense. O instrumento já é utilizado por outras Seccionais da OAB e demonstrou muitos avanços em outros Estados. “Nossa intenção é evitar situações de animosidade. Nós sabemos que, muitas vezes, esse tipo de atitude é resultado de um conflito que se instala devido ao grande volume de trabalho dos servidores do Judiciário em contraponto da agilidade cobrada pelos advogados”, defendeu Mauracy de Freitas.

E em mais um esforço da Ordem para apoiar o pleno exercício profissional da advocacia, a OAB-GO solicitou em ofício enviado ao Tribunal Regional do Trabalho - 18ª Região, a revogação de norma que determina o depósito de acordos judiciais somente na Caixa Econômica Federal, instituição bancária com a qual o TRT-18 possui acordo de cooperação.

A OAB-GO alertou o referido tribunal de que a Caixa não dispõe de número suficiente de servidores para atender à demanda, o que tem causado atrasos no pagamento dos alvarás. Além disso, em alguns municípios não há unidade da instituição bancária, e as partes ficam obrigadas a se deslocarem mais de 200 quilômetros até uma agência da Caixa. A referida Recomendação inviabiliza a realização de acordos, dificulta a atuação dos advogados e impõe sérios transtornos às partes, prejudicando a entrega da prestação jurisdicional. ■

“Temos de encontrar uma alternativa para atender a categoria”



OAB-GO propõe ao judiciário redistribuição de recursos

PROPOSTA PREVÊ VALORIZAÇÃO DO FUNDESP E CRIAÇÃO DE NOVOS FUNDOS, INCLUSIVE PARA A ADVOCACIA DATIVA

O presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, entregou no dia 27 de maio de 2014 ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), Ney Teles de Paula, minuta do projeto de lei sobre redistribuição dos recursos de cartórios extrajudiciais. As propostas da minuta foram discutidas e aprovadas durante reunião do Conselho da OAB-GO realizada na semana anterior à entrega. A ideia principal é que outras áreas afeitas à justiça recebam parte dos valores arrecadados. Segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça, os 501 cartórios extrajudiciais arrecadaram em 2013 R\$ 420.727.963,39.

Hoje, a arrecadação do cartório é destinada exclusivamente ao cartorário (90%) e ao Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Sistema de Justiça do Estado de Goiás (Fundesp) (10%). "Não é possível que um instituto criado no período imperial, no século 19, persista hoje nos mesmos moldes. A sociedade tem de rediscutir esses parâmetros e a OAB é o foro apropriado para essa tarefa", afirmou Tibúrcio.

A proposta apresentada pelo conselheiro Dyogo Crosara aumenta os recursos destinados ao Fundesp e cria novos fundos cujos recursos seriam administrados por um colegiado formado pelo Judiciário, Ministério Público, OAB e outras instituições.

Na redistribuição aprovada pelo Conselho, os recursos seriam assim distribuídos: 50% para cartorários, 15% para o Fundesp, 10% para um fundo de auxílio ao menor, 12% para um fundo penitenciário, 10% para um fundo de reembolso de serviços gratuitos e 3% para o fundo da advocacia dativa. O Estado é responsável pelos honorários dos advogados dativos, mas deixou de pagá-los entre 2009 e 2011. O fundo destinado a esse serviço garantiria a regularidade dessa remuneração e o direito à defesa da população.

O Fundo de auxílio ao menor teria a finalidade de





garantir investimentos na construção de centros de internação e estruturação de conselhos tutelares. O penitenciário seria destinado a melhorias na infraestrutura de presídios no Estado. Para viabilizar legalmente a mudança, a OAB-GO solicitou ao Conselho Federal da Ordem que ajuíze Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), questionando o art. 28 da Lei n. 8.935/94, que diz que "Os notários e oficiais de registro gozam de independência no exercício de suas atribuições, têm direito à percepção dos emolumentos integrais pelos atos praticados na serventia e só perderão a delegação nas hipóteses previstas em lei". No entendimento da OAB-GO, a remuneração do cartorário deveria ser limitada ao teto constitucional dos servidores públicos.

Tibúrcio defendeu ainda que haja uma redução das custas judiciais no Estado (que possui o 4º maior valor do país), outra frente de luta encampada pela OAB-GO. Com o aumento do repasse ao Fundesp, o Judiciário teria viabilidade orça-

mentária para reduzir suas taxas. "Há vários anos temos denunciado que o cidadão tem seu direito de acesso à justiça cerceado, porque o Judiciário cobra taxas muito elevadas. Encontramos essa solução para beneficiar a população, que é quem paga pelos serviços cartoriais e quer ver seu dinheiro tendo destinação apropriada", afirmou o presidente da seccional.

“ Não é possível que um instituto criado no período imperial, no século 19, persista hoje nos mesmos moldes. A sociedade tem de rediscutir esses parâmetros e a OAB é o foro apropriado para essa tarefa ”

Em ofício, o Conselho Seccional da OAB-GO propôs, ainda, uma nova divisão territorial dos cartórios de protesto e de registro de imóveis, seguindo o modelo de divisão das zonas eleitorais. Sendo assim, Goiânia passaria a ter dez cartórios de registro de imóveis, em vez dos quatro atuais.

Agora, cabe ao Judiciário apresentar à Assembleia Legislativa o projeto de lei, que para entrar em vigor deve ser aprovado pelos deputados e sancionado pelo governador. Ney Teles garantiu que a Presidência do TJ-GO faria um estudo do projeto para posteriormente encaminhar à Comissão de Regimento e Organização Judiciária, que tem a competência para elaborar projetos, regimentos e normas de interesse do Tribunal. Até o fechamento desta edição, o TJ-GO ainda não havia reportado à OAB-GO novidades sobre o pedido. ■



Comissão critica implantação do PJe em Goiás

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITO DIGITAL E INFORMÁTICA, TABAJARA PÓVOA NETO AFIRMA QUE SISTEMA PRECISA DE INÚMEROS AJUSTES

O Juizado Especial Cível de Flores de Goiás recebeu a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) no dia 25 de novembro. Esta foi a 15ª e última serventia que recebeu o PJe desde o início de sua instalação, em julho de 2014. Segundo o cronograma, que está atrasado, o processo eletrônico deveria ser implantado em 47 serventias, o que não foi cumprido pelo TJ-GO. O presidente da Comissão de Direito Digital e Informática (CDDI) da OAB-GO, Tabajara Póvoa

Neto, acredita que o atraso se deve aos inúmeros pontos de conflito do sistema, além da falta de infraestrutura das comarcas. "A implantação do PJe na Justiça Estadual de Goiás deveria ser interrompida até que todos os problemas fossem resolvidos", destaca Tabajara.

Entre os problemas listados estão a supressão do painel de intimações do sistema e a falta de internet banda larga nas comarcas do interior, onde o processo eletrônico está sendo implantado inicialmente. "Além disso, o TJ-GO faz apenas um treinamento rápido na comarca onde o PJe vai ser instalado. Os usuários do sistema, como os advogados, Ministério Público e até mesmo os servidores do TJ têm dificuldade de acesso. A OAB-GO faz seu papel, levando cursos de capacitação aos advogados da localidade onde o processo eletrônico será instalado, mas não podemos fazer tudo. O PJe veio para ser único e unificador, mas não faz isso nem no próprio tribunal", afirma o presidente da CDDI.

No dia 11 de julho, a CDDI encaminhou um documento ao Comitê Gestor do PJe, oficializando o posicionamento da OAB-GO frente a implantação do processo eletrônico no Estado. No texto, foram listados 14 pontos que deveriam ser atendidos para que a implantação do PJe fosse segura. São eles: petição física e acesso à





não são importantes no processo, mas que atrasam e tornam complicado o cadastro no sistema. "Não bastassem as falhas, o PJe está tratando o advogado como recenseurador do IBGE. O sistema pede informações do cliente completamente dispensáveis, como data da emissão da carteira de identidade e ramo de atuação da empresa. Isso torna nosso trabalho muito mais penoso e não tem finalidade alguma."

Certificação digital e internet

Tabajara lembra que a operacionalização do PJe requer alguns procedimentos. Primeiramente os advogados devem adquirir o certificado digital pelo site do Conselho Federal da OAB (CFOAB). É importante localizar a autoridade de registro mais próxima para a homologação e habilitação do certificado digital. Além disso, é preciso adquirir o token para a instalação do certificado no aparelho. O sistema também requer internet banda larga de qualidade com velocidade mínima de 2MB.

"A OAB-GO realiza constantemente cursos sobre o PJe no interior e na capital, além de facilitar a aquisição do certificado digital e do token. Infelizmente muitos advogados não estão atentos ao cronograma de implantação do processo eletrônico e acabam deixando tudo para a

justiça; intimações via Diário de Justiça eletrônico x painel de intimações; monitor externo de disponibilidade; editor de texto; MNI; protocolo; publicidade; disponibilização de ambientes de treinamento; ferramenta para vinculação de vários advogados aos processos simultaneamente para utilização em escritórios de advocacia; transparência, com compartilhamento de informações e problemas identificados; suporte telefônico; múltiplos papéis; regularização das intimações; e publicidade.

Infelizmente o TJ-GO não atendeu a maioria das reivindicações e, na avaliação da CDDI, a implantação do PJe, da forma como está sendo feita, não dificulta somente a vida do advogado, mas o acesso à Justiça da população como um todo

última hora", destaca o presidente da CDDI. Caso os advogados do interior desejem receber treinamento sobre o PJe, basta solicitar o curso ao presidente da subseção, que deve procurar a Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB-GO para agendar a data. A comercialização do certificado digital e do token nas subseções é feita juntamente com o treinamento.

"Infelizmente o TJ-GO não atendeu a maioria das reivindicações e, na avaliação da CDDI, a implantação do PJe, da forma como está sendo feita, não dificulta somente a vida do advogado, mas o acesso à Justiça da população como um todo", ressalta Tabajara. O presidente da CDDI disse que a proposta é que as alterações sejam implantadas nas próximas versões do sistema. Além das dificuldades técnicas do PJe, Tabajara afirma ainda que o sistema pede informações que

Neste ano, o número de cursos no interior deve aumentar, facilitando ao advogado o acesso ao conhecimento sobre o processo eletrônico. "O projeto da CDDI para 2015 é formar mais multiplicadores, professores que ministrem cursos, palestras e treinamentos sobre o PJe, ampliando e otimizando o conhecimento", encerra Tabajara. ■



Movimento Eleições Limpas da OAB-GO reforça conscientização do cidadão

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA APOIARAM AÇÃO DA SECCIONAL

O Movimento Eleições Limpas, da OAB-GO, registrou 42 denúncias em seu período de atividades, entre os dias 20 de agosto e 26 de outubro. Metade das manifestações acolhidas pelos plantronistas estava relacionada à tentativa de compra de votos. A outra metade das denúncias relatou possíveis práticas de coação eleitoral, uso da máquina administrativa para autopromoção e compra de votos, além de contatos buscando orientações e esclarecimentos sobre lei eleitoral.

Todas as denúncias foram encaminhadas para investigação das autoridades competentes, tais como Polícia Federal, Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e Ministério Público. De acordo com o coordenador do Movimento Eleições Limpas, o conselheiro seccional Flávio Buonaduce Borges, o número de denúncias reflete amadurecimento dos candidatos e aperfeiçoamento do sistema legislativo eleitoral brasileiro já que as manifestações de possíveis irregularidades vêm reduzindo a cada eleição.

“O eleitor é protagonista das eleições e queremos que ele saiba do poder de seu voto, além de conscientizar a população de seus direitos e esclarecer sobre as condutas consideradas ilícitas”

“Nessa edição do Movimento Eleições Limpas a OAB-GO constatou uma considerável redução do número de denúncias. Isso reflete uma consciência eleitoral que está se formando em toda a sociedade. A reforma das leis contribui para que isso aconteça à medida que cria maiores barreiras para possíveis irregularidades. Além disso, as coligações estão mais organizadas levando assessoria adequada aos partidos que, por sua vez, acabam respeitando ainda mais a legislação”, ponderou.

Lançado em agosto, o trabalho contou uma cartilha contendo os principais pontos sobre a legislação eleitoral. O material foi distribuído à população e disponibilizado digitalmente no hot site da campanha. Foram entregues mais de 42 mil cartilhas contendo orientações sobre legislação eleitoral, informando com linguagem simples e acessível o que os candidatos poderiam ou não fazer em suas campanhas. A publicação chegou aos eleitores através de abordagens corpo a corpo realizadas com o apoio de membros



denuncia@eleicoeslimpas.com.br as denúncias foram encaminhadas. Nos finais de semana do primeiro e segundo turno, o Movimento funcionou em regime de plantão, com o objetivo é oferecer à sociedade total durante a véspera e todo o dia de votação.

Flávio Buonaduce afirmou que a receptividade dos eleitores aos instrumentos oferecidos pela OAB-GO foi destaque do Movimento Eleições Limpas neste ano. "A cada manifestação recebida, a cada abordagem nas ruas, percebemos uma população ávida por informação. O papel da Ordem foi facilitar o acesso aos canais de comunicação e levar às autoridades competentes possíveis atos ilícitos", destacou.

Segundo o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, o projeto Eleições Limpas tem como missão fortalecer a democracia. "Este movimento é mais uma contribuição da OAB-GO com o Estado Democrático de Direito, com a democracia. Nós vemos muitas vezes uma descrença do cidadão diante de tantos escândalos políticos, mas precisamos despertar nele a consciência de que ele é o dono do processo. Se a sociedade se unir, as mudanças ocorrerão", destaca.

da Comissão da Advocacia Jovem (CAJ), por meio envio por e-mail e distribuição no interior do Estado, com o trabalho das 45 subseções da Seccional goiana.

Para reforçar as ações nas redes sociais, uma estratégia digital de mobilização foi idealizada e propôs a inserção do selo "Eleições Limpas OAB-GO" em fotos de perfis do Facebook e do Twitter. Além disso, o Eleições Limpas criou três canais para orientar o cidadão e registrar denúncias de possíveis atos ilícitos praticados por candidatos. Pelo telefone 0800-642-2210, pelo hot site do movimento ou, ainda, direto pelo e-mail

Flávio Borges ressalta a importância de conscientizar o cidadão. "O eleitor é protagonista das eleições e queremos que ele saiba do poder de seu voto, além de conscientizar a população de seus direitos e esclarecer sobre as condutas consideradas ilícitas".

Para o sucesso das ações a OAB-GO também recebeu amplo apoio de entidades como o Sindicato do Comércio Varejista do Estado de Goiás (Sindilojas), a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), a Associação Comercial e Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL). ■





Seccional realizou sabatina com candidatos

BATE-PAPOS COM CANDIDATOS AO SENADO E GOVERNO DO ESTADO DISCUTIRAM DEMANDAS DA ADVOCACIA E DA SOCIEDADE

O Brasil viveu mais um processo eleitoral democrático no ano de 2014, com eleições para a Presidência da República, o Senado, a Câmara dos Deputados, os governos e as assembleias legislativas estaduais. Como entidade representativa de uma categoria indispensável à manutenção de uma sociedade democrática de direito, a diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Goiás, em conjunto com as Comissões de Processo Legislativo e Políticas Públicas (CPL) e Direito Político e Eleitoral (CDPE), promoveram sabinas com os principais candidatos ao governo estadual e ao Senado, para que estes apresentassem suas propostas aos advogados goianos.

As arguições foram restritas aos integrantes do Conselho Seccional da OAB-GO, membros de comissões da Ordem, a um número limitado de assessores dos candidatos, aos advogados previamente inscritos na Secretaria da Presidência e a veículos de imprensa previamente cadastrados, mas a Escola Superior de Advocacia (ESA-GO) transmitiu o evento via streaming online para todos os interessados.

As sabinas, que receberam o nome de “Fala, Candidato”, foram conduzidas pelo presidente da seccional, Henrique Tibúrcio, na Sala de Sessões do Conselho Seccional, na sede da entida-

de. Os candidatos ao Senado Federal por Goiás deram início às atividades. Marina Sant’Anna (PT), Vilmar Rocha (PSD), Antônio Neto (PCB) e Aldo Muro (PSDC) foram os primeiros sabinados, no dia 3 de setembro. Já no dia seguinte foi a vez dos candidatos Ronaldo Caiado (DEM), Aguiar Jesuino (PSB) e Elber Sampaio (PSOL). Cada um teve 30 minutos distribuídos em apresentação de propostas, perguntas realizadas pelo Conselho Seccional e considerações finais.

Os quatro principais candidatos ao governo estadual foram sabinados na semana seguinte. Vanderlan Cardoso (PSB) e Antônio Gomide (PT) no dia 10, Iris Rezende (PMDB) e Marconi Perillo (PSDB) no dia 11. Cada um teve 45 minutos, sendo quinze minutos iniciais para apresentação de propostas; cinco perguntas realizadas pelo Conselho Seccional e dez minutos para considerações finais.

Na ocasião, o agora reeleito ao cargo de governador de Goiás, Marconi Perillo, falou sobre questões como segurança pública, energia elétrica, educação e respondeu a questionamentos diretamente relacionados à advocacia. Se dispôs a discutir o valor das custas judiciais, reconhecendo que Goiás é o 4º estado com as custas judiciais mais caras do país. Afirmou também que já havia encaminhado ao secretário da Fazenda

um pedido relativo ao aumento e atualização da Unidade de Honorários Dativos (UHD) e garantiu que se o piso salarial dos advogados puder ser sancionado no âmbito estadual, assim será feito, afirmando ainda oferecer apoio caso a matéria seja definida no Congresso Nacional.

Demandas

Os candidatos receberam das mãos do presidente Henrique Tibúrcio um documento que reúne as demandas da advocacia para o governador eleito para a gestão 2015/2018. O documento entregue destacava pontos como a elaboração de projeto de lei que defina um piso salarial para advogados; a valorização da advocacia dativa por meio do pagamento regular de honorários e do reajuste do valor da Unidade de Honorários Dativos (UHD); a implementação de políticas que permitam a redução das custas judiciais cobradas pelo Tribunal de Justiça de Goiás; a quitação dos pagamentos referentes aos precatórios e a redução do tempo para pagamentos atuais; a estruturação da carreira dos gestores jurídicos; o combate à criminalidade por meio de ações contra o tráfico de drogas, o investimentos

em educação em tempo integral, a estruturação das polícias civil e militar e a reestruturação das penitenciárias; e a atuação efetiva na defesa dos direitos da Pessoa com Deficiência (PCD) e a promoção de políticas descritas no Plano Goiás Inclusivo (Decreto Estadual nº 7.772/12).

“Além de conhecer as propostas dos candidatos também tivemos a oportunidade de registrar demandas importantes para a advocacia e para toda a sociedade”

“Além de conhecer as propostas dos candidatos também tivemos a oportunidade de registrar demandas importantes para a advocacia e para toda a sociedade”, afirmou o presidente de OAB-GO, Henrique Tibúrcio. Os candidatos ao governo também receberam cartilhas do Movimento Eleições Limpas, com informações importantes sobre o que pode e o que não pode ser realizado durante a campanha eleitoral. Entre os temas abordados estão a definição geral da propaganda em veículos de comunicação e o que é permitido nos dias que antecedem a eleição e proibições. As cartilhas também foram distribuídas para eleitores de todo o Estado, com o auxílio das subseções e a associações e sindicatos parceiros. O material também foi disponibilizado no site da OAB-GO. ■





Colégios de Presidentes e OAB-GO Itinerantes ouvem anseios das Subseções

EVENTOS FORAM REALIZADOS AO LONGO DO ANO COM O OBJETIVO DE ATENDER MELHOR OS ADVOGADOS DO INTERIOR

Para ouvir os anseios das subseções e aproximar os serviços da seccional aos advogados do interior, a OAB-GO realizou, ao longo de 2014, duas edições do Colégio de Presidentes de Subseções (CEPS) e dez OAB-GO Itinerantes. O XXX e o XXXI Colégios de Presidentes foram realizados em Goiânia e Catalão, respectivamente. Já as subseções de Goiás, Ipameri, Jataí, Catalão, Goiatuba, Caldas Novas, Anápolis, Cristalina, Bela Vista e Itumbiara receberam o OAB-GO Itinerante.

O XXX Colégio de Presidentes de Subseções foi realizado em março, juntamente com o VIII Colégio de Delegados da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag). Na abertura, o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, discursou acerca da relevância do evento. "Esse é o momento mais importante e de maior satisfação, pois é quando traçamos os trabalhos e metas para os próximos meses. Nosso objetivo é ouvir os anseios dos presidentes, as críticas e as correções dos rumos que os senhores entendem que temos que tomar. É nosso papel prestar contas, pois fomos eleitos e devemos fazer um trabalho transparente."

Na XXX edição do CEPS, o diretor-geral da Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB-GO, Flávio Buonaduce Borges, apresentou o Canal

ESA, por onde os advogados do interior passaram a ter acesso às palestras realizadas na capital. Os cursos e treinamentos transmitidos fazem parte de uma biblioteca virtual que os advogados podem acessar e assistir posteriormente.

O presidente da OABPrev GO/TO, Enil Henrique de Souza Filho, falou durante o XXX CEPS sobre a expansão do plano de previdência da seccional e o projeto de interiorização. O financiamento para a advocacia, oferecido pela Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento), também foi abordado. Além disso, foi lançado o Prêmio Subseção Destaque, que visa reconhecer e destacar as iniciativas das subseções na defesa do estado democrático de direito, em prol da categoria e em benefício da sociedade.

Em outubro, a Subseção de Catalão recebeu o XXXI CEPS e o 1º Encontro Regional de Delegados da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag) – Sul e Sudeste. O reajuste da Unidade de Honorários Dativos (UHD) foi o primeiro tema discutido pelos participantes da reunião. Henrique Tibúrcio, informou que a demanda está em análise pelo governo do Estado de Goiás e a Seccional, vem cobrando, de forma sistemática, uma resposta para a solicitação.

A captação ilegal de clientela, prevista como in-

fração pelo Estatuto da Advocacia e da OAB, também foi discutida no Colégio de Presidentes de Subseções por ser um problema recorrente e enfrentado em diversos pontos do Estado. Como forma de combater o exercício ilegal da advocacia foi proposta a criação do Núcleo de Combate ao Exercício Ilegal da Advocacia. "Acatamos a sugestão e podemos ir além estudando a possibilidade de se criar a Comissão Especial de Combate ao Exercício Ilegal da Profissão", sugeriu Tibúrcio.

A Subseção de Formosa foi a vencedora da primeira edição do Prêmio Subseção Destaque com o projeto "A OAB vai até você". O presidente da Subseção, Marco Aurélio Azevedo, recebeu o troféu das mãos do presidente da OAB-GO Henrique Tibúrcio durante a programação do XXXI Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-GO.

O projeto vencedor, consiste em levar, mensalmente, assistência judiciária gratuita à população carente residente na periferia de Formosa e outras cidades sob jurisdição da Subseção.

Para o I Prêmio Subseção Destaque foram inscritos 22 trabalhos. Participaram do concurso as Subseções de Formosa, Caldas Novas, Trindade e Jataí. A comissão julgadora é formada por membros da diretoria da OAB-GO, presidência da Casag, diretoria da ESA, presidência do OABPrev e representantes das Subseções no Conselho Seccional. Eficiência, alcance social, qualidade, criatividade e custo-benefício foram critérios de avaliação.

Também durante o XXXI CEPS, o diretor da ESA, Flávio Buonaduce Borges, anunciou a realização da Conferência Estadual da OAB-GO no próximo ano. O evento está marcado para acontecer nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2015, no Centro de Convenções de Goiânia. A programação já está sendo construída e o diretor da ESA adiantou que pelo menos dez painéis discutirão temas de interesse público que contribuirão para reafirmar o espaço reservado à advocacia: a luta para a construção de um país mais justo para todos.

OAB-GO Itinerante

As subseções de Goiás, Ipameri, Jataí, Catalão, Goiatuba, Caldas Novas, Anápolis, Cristalina, Bela Vista e Itumbiara receberam o OAB-GO

Itinerante em 2014. Na primeira edição do ano, realizada em Goiás, a OAB-GO lançou o projeto Lado a Lado, que realiza pesquisa em todo o Estado para levantamento das demandas da advocacia. "A gestão da Ordem é pautada pelas demandas da advocacia, por isso criamos a OAB-GO Itinerante em 2011 para que a diretoria da seccional converse diretamente com os advogados. Agora, o OAB-GO Lado a Lado vai fazer uma pesquisa para que tenhamos como mensurar essas demandas", afirmou Tibúrcio. Um formulário com questões é distribuído durante o evento e enviado por e-mail aos advogados das subseções.

Temas como Processo Judicial Eletrônico (PJe), valorização profissional, exercício ilegal da advocacia, honorários de sucumbência e pagamento da advocacia dativa foram recorrentes em todas as edições do programa. Em todas as subseções a OAB-GO ainda prestou homenagem aos advogados da cidade com mais de 25 anos de inscrição, como uma forma de prestigiar aqueles que são exemplo para os novos inscritos.

bb A gestão da Ordem é pautada pelas demandas da advocacia, por isso criamos a OAB-GO Itinerante em 2011 para que a diretoria da seccional converse diretamente com os advogados. **rr**

A Casag também participa do OAB-GO, disponibilizando profissionais para aferir pressão e taxa glicêmica, massagem relaxante, estandes da Ótica dos Advogados e souvenirs, engraxate, consultores da OABPrev, OABVOX, Unimed, Uniodonto e confecção de carteira para dependentes. A Casag ainda divulga a lista de empresas locais conveniadas com a instituição para oferecer descontos à advocacia.

Os inscritos também podem tirar dúvidas sobre petição eletrônica, atualizar seus dados cadastrais, requerer a troca do cartão de identidade profissional e renegociar dívidas. Além disso, é possível encaminhar manifestações para a Ouvidoria-Geral da instituição, basta preencher o formulário disponível no evento.

O presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, destaca o objetivo do projeto. "O principal intuito é aproximar a Ordem dos advogados inscritos. Ouvir a advocacia, para saber onde podemos ajudar e no que podemos melhorar, pois entendemos que cada subseção tem suas necessidades e características. Fazer presença física é um dever de nós gestores, pois temos a convicção que a categoria tem que ser ouvida", explica. ■



OAB-GO atua por reitengração de posse pacífica

COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS PARTICIPA DE REUNIÕES QUE DEFINIRÁ RETIRADA DE FAMÍLIAS DE ÁREA RURAL

A OAB-GO, por meio da Comissão de Direitos Humanos (CDH), participou de reuniões que discutiram a reintegração de posse da Fazenda Santa Mônica, propriedade que está distribuída nos municípios de Corumbá de Goiás, Abadiânia e Alexânia, e pertence ao senador cearense Eunício Lopes Oliveira (PMDB). Desde o dia 31 de agosto, 3 mil famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam a propriedade.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da OAB-GO vem participando das discussões com intuito de garantir que a execução do mandato de reintegração de posse seja feita de forma pacífica. “Estamos trabalhando para que a reintegração seja realizada sem a necessidade de força policial. Participamos de forma imparcial e primamos pela dignidade tanto do proprietário das terras quanto dos ocupantes”, ressalta a presidente da CDH, Mônica Araújo de Moura.

“ Estamos trabalhando para que a reintegração seja realizada sem a necessidade de força policial. Participamos de forma imparcial e primamos pela dignidade tanto do proprietário das terras quanto dos ocupantes ”

nica Araújo de Moura.

Durante reunião realizada na OAB-GO em novembro, ficou decidido que o mandato de reintegração de posse da Fazenda Santa Mônica, expedido pelo juiz da comarca de Corumbá, Levine Raja Gabaglia Artiaga, deveria ser cumprido no prazo máximo de 13 dias. Caso isso não ocorresse, no dia 24 de novembro os Comandos da Polícia Militar e da Polícia Civil ficariam autorizados a deflagrarem a operação de retirada coercitiva

Entretanto, no dia 24 de novembro, o juiz substituto em segundo grau Marcus Ferreira da Costa suspendeu liminar que concedeu reintegração de posse da fazenda. Segundo o magistrado, caso fosse mantida, a liminar poderia causar danos graves aos ocupantes. “Dentro da realidade que agora se apresenta, vejo que se deve buscar o caminho que represente menor mal, ou de menores consequências”. ■



Conquiste seu lugar e construa
sua história com **excelência**.



[62] 3954.7449

contato@excelenciaadministracao.com.br



Violência é pauta de atuação

SECCIONAL PROMOVEU FÓRUM SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E COBROU MEDIDAS CONTRA HOMICÍDIOS E EPISÓDIOS DE JUSTIÇAMENTO

A violência tem sido um tema recorrente no dia a dia dos brasileiros, estampada na mídia, nos relatos de conhecidos ou até mesmo na triste realidade das vítimas, cada vez mais numerosas. "É lamentável, mas é preciso reconhecer que nenhum cidadão está livre da violência no Brasil. Por isso, é necessário o engajamento de todos na tarefa de pacificar a sociedade".

A afirmação do presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, reflete os motivos que levaram a entidade a ser ainda mais atuante nos esforços contra a violência em Goiás em 2014.

Ainda em fevereiro, a seccional da Ordem entregou um ofício ao secretário estadual da Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP), Joaquim Mesquita, solicitando a devida apuração dos episódios de ação de justiceiros em Goiânia – que tiveram início depois de episódios semelhantes em outros locais do país. Até então haviam sido registrados cinco casos na capital, com seis supostos assaltantes agredidos. Posteriormente foram registrados outros casos, também no interior do Estado,

“É lamentável, mas é preciso reconhecer que nenhum cidadão está livre da violência no Brasil.”

sendo que um chamou ainda mais a atenção: um rapaz de 24 anos foi espancado até a morte. Ele era suspeito de ter abusado de uma criança de 6 anos, mas nada havia sido comprovado.

A iniciativa da entrega do ofício ao secretário de Segurança Pública foi tomada depois que as Comissões de Direitos Humanos, Acesso à Justiça e Direitos Sociais (CDH), e de Segurança Pública e Política Criminal (CSP) da OAB-GO percorreram as delegacias que seriam responsáveis pelas investigações dos casos relatados e constataram a não abertura dos inquéritos para investigação da atuação dos agressores dos supostos criminosos. "É importante que a população entenda que as instituições brasileiras precisam ser respeitadas e que a punição de criminosos é responsabilidade do Estado e do

Poder Judiciário, sob o risco de se legitimar a barbárie em nossa sociedade. Além, é claro, de fazer entender que é preciso respeitar os princípios constitucionais do devido processo legal e do direito à ampla defesa", alertou Tibúrcio à época.

O superintendente, Deusny Aparecido Silva Filho, respondeu ao pedido da OAB-GO determi-



Fórum Goiano de Segurança Pública

Diante da necessidade de discussão do problema da violência, a OAB-GO realizou nos meses de maio e junho o Fórum Goiano de Segurança Pública. O evento gratuito teve apoio do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da UFG e da PUC-GO. "É preciso aprofundar o debate sobre segurança pública em Goiás e dessa discussão apresentar uma agenda aos governos municipais, estadual e federal e também envolver a população, que tem grande poder de reduzir a violência", explicou o presidente da seccional goiana da OAB.

O fórum foi dividido em 3 módulos, cada um com uma série de debates com especialistas em segurança pública, acadêmicos que estudam o assunto, autoridades e a sociedade civil. A expectativa era de que as discussões resultassem numa agenda propositiva para todas as esferas de governo e aos próprios cidadãos. Os temas abordados foram: padrões de policiamento e polícia, morte de policiais e por policiais, a desmilitarização da PM, a questão das drogas e seu impacto sobre a segurança e a banalização da violência.

nando que "todas as delegacias de Goiás cumprem a legislação penal e processual com rigor no que diz respeito especialmente aos casos de justiceiros".

A OAB-GO também se posicionou diante da grande quantidade de homicídios cometidos especialmente contra mulheres no Estado. Até agosto de 2014, 45 mulheres já haviam sido assassinadas, sendo que a semelhança de alguns casos levou toda a população goiana a temer a ação de um possível serial killer. Uma nova audiência com o Secretário de Segurança Pública foi solicitada, para cobrar empenho nas investigações, viabilizando a punição dos responsáveis ou responsável.

Em outubro a polícia civil apresentou Tiago Henrique Gomes da Rocha, de 26 anos, que confessou ter matado 39 pessoas em Goiânia, sendo que entre as vítimas estavam várias mulheres e alguns moradores de rua.

Para o presidente da OAB-GO, a questão da violência precisa ser enfrentada de forma preventiva, com planejamento e também investimentos em inteligência. "A violência é um problema nacional e somente com uma força-tarefa entre Estados e União conseguiremos superar o seu avanço", afirmou Tibúrcio.

Em seu discurso no início das atividades, o presidente da Comissão de Segurança Pública e Política Criminal, Rodrigo Lustosa, destacou a participação da OAB-GO na discussão do tema. "Em um ano e meio é o quarto evento dessa natureza que a seccional realiza. Nós temos hoje uma manhã inteira dedicada à questão policial, mas sabemos que o problema de segurança pública não passa apenas por esse viés. Nós estamos nos inserindo nesse debate com um novo olhar sob a segurança pública."

O secretário de Segurança Pública do Estado de Goiás, Joaquim Mesquita, também esteve presente no início dos trabalhos e ressaltou a importância de se discutir o tema. "Acho que não temos um lugar melhor para abordar a questão do que a OAB-GO. Novas propostas para o aprimoramento da segurança pública são sempre muito bem-vindas".

O comandante da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia, Elton Magalhães, também participou da abertura do evento e parabenizou a iniciativa da OAB-GO. "A comunidade inteira anseia por segurança pública e os municípios devem dar a sua contribuição. É isso que a Guarda Civil Metropolitana está tentando fazer, dar respostas efetivas à sociedade." O Fórum Goiano de Segurança Pública teve grande adesão do público e vasta cobertura da mídia local. ■



Advogados são incluídos no Supersimples

REGIME DIFERENCIADO DE TRIBUTAÇÃO PODE TRAZER PRATICIDADE E ECONOMIA À CATEGORIA

O ano de 2014 ficará marcado na história para os advogados brasileiros. A Lei Complementar (LC) nº 147/14 efetivou a universalização do Simples Nacional, também conhecido como Supersimples, permitindo a adesão de 140 atividades ligadas ao setor de serviços e indústria, entre elas a advocacia.

O regime diferenciado de tributação concede ao advogado a simplificação contábil, o ganho real na diminuição de alíquotas e a desburocratização, já que as sociedades pagarão, em uma única guia, tributos federais, estaduais e municipais (ISS, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, IPI e ICMS). Desta forma, os advogados que ganham até R\$ 180 mil por ano pagarão uma tributação da ordem de 4,5%. As novas alíquotas variam de 4,5% a 16,85%. Atualmente, pelo regime de lucro presumido, as sociedades de advogados têm carga tributária de, no mínimo, 11,33%. Para chegar a esse percentual foram contabilizados Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), CSLL, PIS e Cofins.

“Somos mais de 30 mil advogados em Goiás e mais de 760 mil em todo o País. (...) A readequação da profissão no Supersimples é uma grande conquista para a classe e vai beneficiar parcela significativa das sociedades de advogados”

A OAB Nacional e as seccionais acompanharam de perto os trâmites para aprovação da Lei Complementar no Congresso Nacional e chegaram a organizar comitivas para visitar os parlamentares e pedir a aprovação do texto. A militância deu certo e, em junho, a matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados por 341 votos a 9, com somente duas abstenções. No mês seguinte, a matéria teve aprovação unânime no Senado, e o trâmite foi finalizado com a sanção da presidente Dilma Rousseff, no dia 7 de agosto.

“Há milhares de advogados, principalmente em início de carreira, que se encontram em situação de arrecadação de menor porte, e necessitam de um olhar mais igualitário. A Tabela IV vai baratear os custos tributários para a advocacia, significando um verdadeiro estímulo à carreira. A Ordem dos Advogados do Brasil colocou todo o seu peso institucional em favor desses valerosos colegas, que são os mais necessitados”, comemorou o presidente da OAB Nacional, Marcus Vinicius Furtado Coêlho. O presidente da seccional goiana da OAB, Henrique Tibúrcio,



esteve pessoalmente em Brasília em três ocasiões para ajudar nos pedidos de aprovação da matéria, além de ter ligado para os parlamentares goianos. "Somos mais de 30 mil advogados em Goiás e mais de 760 mil em todo o País. (...) A readequação da profissão no Supersimples é uma grande conquista para a classe e vai beneficiar parcela significativa das sociedades de advogados", comemorou. O presidente da Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) da OAB-GO, Wanderson Oliveira, também marcou presença na capital federal.

Orientações

Para orientar os advogados interessados, a Comissão de Direito Tributário (CDTrib) da OAB-GO promoveu gratuitamente em novembro a palestra "A Advocacia no Simples Nacional", ministrada pelo procurador da Fazenda Nacional, mestre em Direito, professor Deusmar José Rodrigues. No auditório da Escola Superior de Advocacia (ESA), em Goiânia, o palestrante destacou a facilidade para a adesão ao Simples Nacional e a desburocratização que o regime traz. Comentou ainda sobre site da Receita Federal, o qual considera "amigável" e auto-explicativo. Durante o seminário também foi lançado pela CDTrib o "Simulador Tributário". A ferramenta, no formato de planilha em Excel, ajuda o advoga-

do em seu planejamento tributário para o ano de 2015. "O simulador contribui para que as sociedades dos advogados ou interessados em constituí-la possam verificar exatamente qual será o regime de recolhimento tributário mais vantajoso: se Simples Nacional, se Lucro Presumido ou se Lucro Real", explicou Thiago Vinicius Miranda, presidente da Comissão. "O simulador tributário da seccional de Goiás é uma ferramenta interessante para o advogado fazer a comparação de acordo com o seu faturamento. É possível verificar se é vantajoso ou não fazer a opção para o Simples", elogiou o presidente da Comissão Nacional de Direito Tributário da OAB, Jean Cleuter Simões Mendonça.

Além de usar o simulador, Miranda orientou ainda que as sociedades de advogados verificassem preventivamente nos cadastros federais e municipais se não há alguma pendência, bem como se débitos tributários estão com a exigibilidade suspensa, pois são irregularidades que podem impedir a opção ao Simples Nacional.

Uma cartilha foi lançada pela OAB Nacional em conjunto com a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, explicando detalhadamente as 81 inovações que o sistema de tributação permite à advocacia e como os profissionais podem se beneficiar da novidade. A Receita Federal estipulou que o primeiro prazo para solicitação de adesão dos advogados ao Supersimples fosse durante todo o mês de janeiro de 2015, em processo feito exclusivamente pelo site da Receita. ■

SIMPLES NACIONAL

Site da Receita Federal:
www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/

Simulador Tributário disponível para download em:
www.oabgo.org.br/arquivos/downloads/Simulador_OAB_-_V1_26220.xlsx



Valorização profissional e Baile do Rubi marcam comemorações

COBRANÇA DE CONSULTA, EXERCÍCIO ILEGAL DA ADVOCACIA E HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA FORAM OS TEMAS ABORDADOS

Campanhas de valorização profissional e o tradicional Baile do Rubi foram realizados pela OAB-GO durante agosto, quando se comemora o Mês do Advogado. As homenagens não ficaram restritas ao dia 11 e se estenderam por todo o mês.

A primeira campanha foi lançada no dia 7 de agosto, em favor da cobrança de consulta. "Advogado, sua consulta pode e deve ser remunerada" é uma mobilização liderada pela Comissão de Valorização dos Honorários e da Remuneração Salarial dos Advogados (CVHA) e tem o objetivo de atingir todo Estado por meio do trabalho desenvolvido em parceria com as subseções e delegacias.

"O primeiro responsável pela valorização profissional é o próprio advogado", afirmou o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, durante o lançamento da campanha. O presidente da CVHA, Leonardo Bezerra Cunha, destacou a importância da valorização profissional. "A cobrança de consulta valoriza o conhecimento jurídico e mostra a importância do advogado para a sociedade", declarou.

A campanha foi fortalecida com divulgação nas redes sociais. Uma série de visitas a escritórios de advocacia e ao Tribunal de Justiça do Estado

de Goiás (TJ-GO) também foram programadas divulgar o movimento. Com o apoio das Comissões da Advocacia Jovem (CAJ) e de Acompanhamento Forense (CAF), o objetivo é levar o conhecimento sobre a legitimidade da cobrança de consultas, que é prevista no Estatuto da OAB.

O exercício ilegal da advocacia também foi tema de campanha da OAB-GO. O selo "Exija Ordem" foi lançado pelo presidente Henrique Tibúrcio devido ao registro de inúmeros casos de bacharéis em Direito que atuam como advogados, mesmo sem a aprovação no Exame de Ordem. "A atividade desses bacharéis é fortalecida por inscritos que se propõem a assinar peças daqueles que praticam o exercício ilegal da profissão", lamentou Tibúrcio.

A campanha é encabeçada pela Comissão de Direitos e Prerrogativas (CDP) da seccional e pretende alertar a categoria e toda a sociedade sobre a importância do advogado estar devidamente vinculado à instituição para que sejam oferecidos proteção e conhecimento jurídico responsável aos clientes. Além de divulgação no portal da OAB-GO, a campanha ganhou força com as redes sociais e folhetos distribuídos com o alerta de que exercer a advocacia sem a inscrição na OAB é crime.

O presidente da CDP, Alexandre Caiado, afirma que o cliente deve exigir do advogado a inscrição na Ordem e consultar a instituição antes de contratar um profissional do Direito. "Isso traz garantias de que, caso algum deslize seja cometido, teremos condições de punir esse profissional", destacou. Aqueles que exercem a profissão sem inscrição na Ordem fogem à tutela institucional e, neste caso, os possíveis reparos ficam restritos às esferas criminal e cível.

Sucumbência

A verba honorária sucumbencial também foi lembrada nas comemorações do Mês do Advogado. Por ser um dos assuntos de maior relevância da pauta de discussões da classe, a OAB-GO realizou o evento Honorários de Sucumbência em Debate, com membros da diretoria da seccional, conselheiros e um número expressivo de advogados interessados em discutir os honorários justos para a categoria.

Os desembargadores do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) Itamar de Lima, Nicomedes Domingos Borges e Norival Santomé foram os debatedores do evento. Eles ocupam a vaga destinada à advocacia pelo Quinto Constitucional. O debate foi realizado pela CVHA e seu presidente, Leonardo Bezerra, destacou o empenho dos advogados na defesa da classe. "A presença de tantos colegas e desembargadores nos mostra que a advocacia está fortalecida", destacou Bezerra.

Os desembargadores se mostraram sensíveis aos pleitos da advocacia por honorários sucumbenciais justos. Nicomedes Borges enfatizou que os advogados goianos têm nele um defensor. "Minha última ação como advogado resultou no arbítrio de honorários absurdamente aviltantes. Portanto, cheguei ao Tribunal com essa preocupação latente e jamais esquecerei do desafio que é exercer a advocacia", afirmou.

Itamar de Lima destacou o empenho da OAB-GO no que chamou de "incansável defesa da dignidade profissional". "A lida advocatícia está muito fresca na minha vida e sei muito bem a importância dos honorários sucumbenciais para o advogado", relatou. Norival Santomé se mostrou consciente da relevância do pagamento de honorários de sucumbência justos e enfatizou o papel constitucional do advogado para a promoção da democracia como protagonista. "O Advogado tem de ser valorizado, porque os honorários são sua remuneração e exerce ofício da maior relevância pública. Temos procurado sensibilizar os

colegas magistrados no sentido de valorizar a categoria e conceder remuneração justa", disse.

Baile do Rubi

A tradicional festa de confraternização e comemoração ao Mês do Advogado foi realizada no dia 29 de agosto, no Centro de Cultura, Esporte e Lazer (CEL) da OAB-GO. Cerca de duas mil pessoas compareceram à celebração, que é considerada o maior evento festivo da advocacia goiana.

O Baile do Rubi 2014 foi animado pelas bandas Goiânia Music Lounge, Gênese e pelo DJ Negão. O cardápio da festa ficará por conta do Hanna Buffet. Reconhecido como um dos mais importantes eventos sociais de Goiânia, o Baile do Rubi 2014 surpreendeu novamente pela organização, conforto e animação. A beleza da decoração, sob a responsabilidade de Valéria Junqueira, também deixou os participantes admirados.

Os preparativos para a festa foram iniciados com três meses de antecedência. Foram colocadas à venda mesas no camarote, na varanda e no salão. As mesas do camarote foram as primeiras a esgotar já no início de julho. ■





OAB-GO derruba na justiça portarias do Ministério da Saúde

ENTIDADE MOVEU AÇÃO CIVIL PÚBLICA APÓS PEDIDO DE AJUDA DE PAI DE CRIANÇA COM LEUCEMIA

A leucemia é o nome dado a um grupo de cânceres que afetam as células brancas do sangue e se desenvolve na medula óssea. É também o problema oncológico que mais afeta crianças e jovens de 0 a 18 anos. O tratamento mais efetivo para combater a doença é o transplante de medula óssea. O desafio, no entanto, é encontrar um doador que seja compatível. A probabilidade de compatibilidade entre doadores e receptores é somente de 1 para cada 100 mil pessoas.

Não bastasse essa dificuldade, graças às portarias nº 844 de 2012 e nº 2.132 de 2013, do Ministério da Saúde (MS), o número de medulas cadastradas no Redome, o Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea em cada unidade da Federação, é limitado. Em Goiás, por exemplo, o limite é de 12 mil doadores cadastrados.

Foi diante desta realidade que Eugênio César da Silva, pai de Rafaela Raizer, de 7 anos, procurou a OAB-GO para pedir ajuda jurídica para alterar a portaria e permitir que mais medulas sejam cadastradas. Até agosto deste ano a coleta para

registro de doadores de medula óssea em Goiás tinha chegado a 18 mil, e Eugênio temia que esse excedente não fosse cadastrado. “As portarias diminuem as chances de encontrar um doador, a partir do momento que restringem a quantidade de inscrições no Redome”, defendeu Eugênio em reunião com o presidente da seccional, Henrique Tibúrcio, realizada na sede da Ordem.

“As portarias diminuem as chances de encontrar um doador, a partir do momento que restringem a quantidade de inscrições no Redome”

Após tomar ciência dos fatos, o presidente da Ordem em Goiás e a presidente da Comissão de Direito Médico Sanitário e Defesa da Saúde (CDMS) da OAB-GO, Ana Lúcia Amorim Boaventura, protocolaram na Justiça Federal uma Ação Civil Pública (ACP) questionando as Portarias. “Essa ACP visa cessar os efeitos das portarias editadas pelo MS porque a Ordem entende que elas limitam o acesso dos cidadãos à saúde e, portanto, se tornam inconstitucionais. Nós deveríamos estar incentivando pessoas a doarem e não criando barreiras para as doações”, argumentou Tibúrcio na ocasião.

No documento, a OAB-GO alegou que as refe-



à vida são garantidos a todos pela Constituição Federal. Essa decisão traz esperança para muitas famílias como a da menina Rafaela Raizer", afirmou o presidente da OAB-GO.

O pai de Rafaela comemorou a decisão em nome de todos os que precisam do transplante. "Apenas uma em cada 100 mil pessoas é compatível para doar medula para um paciente que tem leucemia. Por isso, essa conquista é tão importante, já que todas as amostras doadas serão analisadas e passarão pelo exame". Rafaela conseguiu mais de 20 doadores compatíveis, mas o transplante é a última etapa do tratamento, e a necessidade de ser realizado ou não ainda depende de uma criteriosa avaliação médica após a finalização do protocolo de tratamento, que deve terminar no primeiro semestre de 2015. Se a necessidade se confirmar, Rafaela fará o transplante em São Paulo. ■



ridas portarias "trazem grave prejuízo à saúde de milhares de pessoas portadoras de leucemia (...). As normas violam preceitos constitucionais do direito à vida e à saúde, que são base da República Federativa do Brasil". A ação da instituição requereu ainda que o Governo Federal pagasse a realização de exames de compatibilidade nas amostras estocadas no laboratório credenciado ao Hemocentro de Goiânia, bem como em outros hemocentros ou laboratórios goianos que porventura tivessem amostras de sangues de doadores voluntários. Além disso, o documento solicitou que o Governo pagasse a realização dos exames de compatibilidade, sem qualquer limitação numérica.

Em pouco mais de uma semana, o pedido liminar foi deferido pelo juiz da 8ª Vara Federal da Seção Judiciária de Goiás, Urbano Leal Berquó Neto. A decisão do magistrado atendeu a todas as solicitações feitas pela OAB-GO na ação, e concedeu a antecipação de tutela para garantir imediatamente os efeitos da liminar, sob as penas de abertura de inquérito policial e multa para cada caso de recusa. Além disso, o documento declarou a inconstitucionalidade das Portarias.

Para Henrique Tibúrcio, a decisão foi uma vitória da cidadania. "Uma grande conquista que vai beneficiar inúmeros pacientes que aguardam por um doador compatível. Os direitos à saúde e



OAB-GO representa contra magistrado no CNJ e Corregedoria do TJ-GO

JUIZ TEM SIDO CONHECIDO PELOS DISCURSOS AGRESSIVOS E PELO DESRESPEITO DAS PRERROGATIVAS PROFISSIONAIS

A OAB-GO vai protocolizar na Corregedoria do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) representações em desfavor do juiz Joseli Luiz da Silva. O juiz, que já é alvo de representações no CNJ, tem sido conhecido pela falta de urbanidade, seus discursos agressivos contra a advocacia e postura iníqua.

Recentemente, divulgou no site da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (AsmeGO) texto em que defende a dispensabilidade do advogado para o pleno exercício do direito de ingresso em juízo. O presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, manifesta preocupação com o teor do texto. "É uma afronta à Constituição Federal, à advocacia e, mais ainda, à sociedade", explica. "Desamparado fica o cidadão quando não tem a advocacia para assisti-lo perante a Justiça".

O presidente falou sobre pesquisa recente feita pela Comissão do Direito Consumidor nos Juizados Especiais de Goiânia e de Aparecida de Goiânia, onde as partes podem atuar sem constituir advogado. O levantamento constatou que a média de indenizações que a parte recebe, quando assistida por um advogado, é dez vezes maior que o valor pago a quem vai sozinho, sem assistência advocatícia. "Não é possível deixarmos o

cidadão, sozinho, se debatendo contra grandes empresas, por exemplo", alertou o presidente. "O leigo não sabe e não conhece as previsões legais e termos técnicos, o que poderia deixá-lo fragilizado em uma audiência".

"A OAB tem que agir com rigor em relação a este e outros magistrados que não toleram e perseguem os advogados", destacou o conselheiro Antônio Carlos Monteiro da Silva. Os discursos raivosos e ofensas explícitas do juiz aos advogados ainda foram citados por demais membros do Conselho. "Este juiz não é bem visto nem entre seus pares e já responde a vários processos no CNJ", lembrou o conselheiro Eurico de Souza. "O artigo dele é inconstitucional, pobre de conteúdo, mas a resposta tem que ter a classe e a categoria que merecem os inscritos nesta Instituição", recomendou o conselheiro Douglas Dalto Messora.

Henrique Tibúrcio reitera que o que está em debate não é o sagrado direito de expressão, mas, sim, a posição agressiva contra uma categoria que trabalha na defesa da cidadania e na sustentabilidade do Estado Democrático de Direito.

Outros casos

A Seccional goiana da OAB já recebeu inúmeras



suas decisões para denegrir os advogados com críticas infundadas sobre suas petições, agressões veladas em despachos e ofensas ao trabalho exercido pelo advogado nos processos. As decisões do juiz se referem aos advogados com expressões como "infratores", "capiaus", "desequilibrada", "comportamento tresloucado", além de afirmar "faz se quiser se não quiser extingo o processo", "prova cabal de plena ignorância das ciências jurídicas".

Há também reclamações de obstrução do pleno exercício profissional por parte do juiz, entre elas, impedimento de que advogados tenham acesso aos autos e negativa de recebê-los em seu gabinete. Há, inclusive, episódio em que uma advogada foi impedida de dirigir-lhe a palavra e, em seguida, foi determinado que se retirasse do gabinete sob palavras grosseiras e desrespeitosas, o que gerou publicação de nota de desagravo pelo Conselho Seccional. ■



reclamações da postura do juiz da 3ª Vara Cível da Comarca de Goiânia, Joseli Luiz da Silva. Os relatos de desrespeito ao exercício profissional dos advogados são rotineiros nos corredores da justiça estadual. A Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-GO soma, atualmente, nove procedimentos contra o magistrado, cujos conteúdos, em sua maioria, são semelhantes: desrespeito dos direitos e prerrogativas da advocacia e claro desprezo à atividade profissional.

Um exemplo muito claro da opinião do juiz é encontrada em decisão de sua lavra. Inconformado mediante reforma de decisão sua pelo 2º grau, afirmou: "À mal elaborada inicial cabe bem a peca de inepta, porque confusa e omissa. Entretanto, nestas alturas, e mesmo retomando a marcha processual ao saneamento, lado outro o 2º grau acenou com a necessidade de ir-se à instrução processual, pelo que passo por cima das mazelas do autor, e pisoteio o art. 133, CF, e o quanto possível faço emendada a inicial."

Para o presidente Henrique Tibúrcio, "não resta dúvida de que fica demonstrada postura abusiva de quem ocupa relevante função na sociedade democrática, o que é lamentável para a democracia".

Em alguns casos, o juiz Joseli Luiz da Silva usa



Convênio com a Caixa Econômica Federal beneficia advocacia

ADVOGADOS PASSAM A TER ACESSO A PACOTE DE BENEFÍCIOS BANCÁRIOS

Juros mais baixos do que as taxas de balcão, pacotes de produtos e serviços com vantagens e até o pagamento de anuidade da OAB usando pontos de cartões de crédito. Estes são alguns benefícios disponíveis aos advogados goianos desde novembro de 2014, quando o presidente da seccional, Henrique Tibúrcio, e a superintendente regional da CEF no Sul de Goiás, Marise Fernandes de Araújo, assinaram um termo de adesão de convênio que beneficia os advogados inscritos na Ordem. O termo é equivalente ao já assinado pelo Conselho Federal da OAB (CFOAB) e se estende a pessoas físicas e jurídicas.

De acordo com o termo de convênio, pessoas físicas estão isentas da carência de três meses para o financiamento de veículo, que também tem uma taxa menor do que a encontrada no balcão: os juros caíram de 1,23% a.m. para 0,93% a.m. Também há vantagem para o Crédito Imóvel Próprio Caixa, com taxa diferenciada, e os advogados têm isenção na tarifa de administração antecipada do Consórcio Imobiliário, enquanto clientes regulares pagam 1% sobre o valor da cota.

Os advogados têm ainda acesso ao Clube de Compras Segura Preço, que oferece diversos produtos com descontos que chegam a 70% do valor praticado no mercado, entre outros benefícios, como condições especiais para consignação e maior remuneração em aplicações como LCI e LCA.

Os escritórios de advocacia também são contemplados com diversas vantagens no convênio. As pessoas jurídicas, por exemplo, têm gratuidade na adesão da folha de pagamento Folha Caixa Web, assim como isenção total da cobrança da Cesta de Serviços por seis meses. Também há isenção de 50% da primeira anuidade do cartão de crédito empresarial e facilidades em diferentes tipos de crédito (rotativo, para capital de giro e para investimento), desde





que a empresa possua domicílio bancário na Caixa. A remuneração pela taxa de CDI é diferenciada para os escritórios.

O convênio prevê ainda a criação de um fundo de investimento exclusivo, da classe Renda Fixa Crédito Privado, com taxa de administração competitiva, valor de aplicação inicial liberado e opção de adesão à funcionalidade de resgate automático. O termo de convênio está disponível na íntegra para download no portal www.oabgo.org.br.

No ato de assinatura do documento, o vice-presidente da OAB-GO, Sebastião Macalé, agradeceu a parceria com a Caixa e estimulou os advogados da Seccional a usufruírem das vantagens oferecidas pelo banco. A superintendente regional da CEF no Sul de Goiás, Marise Fernandes de Araújo, agradeceu o apoio e receptividade da OAB e colocou toda a equipe das unidades da Caixa à disposição da entidade. O gerente regional da CEF, Marcos Donizete Lourenço da Silva, garantiu que o convênio ofertado pela Caixa possui vantagens imbatíveis no mercado.

Também participaram da reunião o diretor-tesoureiro da OAB-GO, Enil Henrique de Souza Filho; o secretário-geral, Julio Cesar Meirelles; e a secretária-geral adjunta, Márcia Queiroz

Nascimento. Além do presidente da Comissão de Direito Bancário da Seccional, Márcio Messias Cunha; a gerente de filial do Jurídico da CEF, Marta Faustino Porfírio Nobre, a gerente geral Maristela Gondim e os gerentes Joaquim Camilo do Couto e Rejane Pires. ■

VANTAGENS PARA PESSOAS FÍSICAS E PESSOAS JURÍDICAS

Pessoas físicas:

- Isenção de carência e redução de juros para financiamento de automóvel
- Taxa diferenciada para o Crédito Imóvel Próprio Caixa
- Isenção na tarifa de administração antecipada do Consórcio Imobiliário
- Acesso ao Clube de Compras Segura Preço, com descontos de até 70% em diversos produtos
- Condições especiais para consignação
- Maior remuneração em aplicações como LCI e LCA

Pessoas Jurídicas:

- Gratuidade na adesão da folha de pagamento Folha Caixa Web
- Isenção total da cobrança da Cesta de Serviços por seis meses

Obras de recuperação do lago começam em 2015

PREFEITURA DE APARECIDA DE GOIÂNIA SE COMPROMETEU A REALIZAR A CONTENÇÃO E CORREÇÃO DO LEITO

As obras de recuperação do lago do Centro de Cultura, Esporte e Lazer (CEL) da OAB-GO começarão em 2015. O local, que sofreu rompimento da barragem em fevereiro de 2011 e teve que ser interditado, espera obra da Prefeitura de Aparecida de Goiânia nos bairros vizinhos para que as modificações necessárias possam ser feitas no terreno da seccional.

Preocupada com a situação do lago e a proximidade da estação de chuvas, a diretoria da seccional solicitou reunião com o secretário de Infraestrutura e Obras de Aparecida de Goiânia, Mário Vilela. O encontro foi realizado no dia 1º de outubro, quando o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, cobrou as obras de contenção e correção do leito do córrego Saltador, que passa atrás do clube. Mário Vilela se comprometeu a resolver o problema e iniciar a obra no

começo do ano, assim que as chuvas cessarem.

A OAB-GO entrou na justiça contra Prefeitura e obteve a determinação judicial para que o município execute as obras necessárias, sob pena de multa.

As obras consistem na correção do leito do córrego Saltador e orientação correta do escoamento da água dos bairros da região pela Prefeitura, além das obras de contenção no CEL e nos terrenos vizinhos. O projeto já está sendo elaborado pela OAB-GO e os custos dos reparos particulares serão divididos entre os proprietários dos terrenos.

Erosão e acordos

Em fevereiro de 2011, a barragem do lago do



CEL rompeu-se em razão de um processo de erosão gradativo ocorrido nos fundos do clube, no lado externo. Na época, o presidente Henrique Tibúrcio informou que a Prefeitura de Aparecida de Goiânia já havia sido alertada do problema diversas vezes. O vice-presidente da OAB-GO, Sebastião Macalé, explicou que, com o asfaltamento da parte alta de Aparecida há alguns anos, os bueiros foram canalizados de modo a desagüarem no córrego Saltador, o que ocasionou o aumento do volume de água e provocou uma erosão gradativa na barragem.

Já em setembro do mesmo ano, o prefeito de Aparecida, Maguito Vilela, compareceu ao CEL para discutir soluções para o problema. Na ocasião, a prefeitura se comprometeu a desobstruir o córrego para que o lago também fosse recuperado. Um Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TAC) foi assinado em outubro de 2010 entre Tibúrcio e o então secretário do Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, Lafaiete de Campos Filho, para a recuperação do lago.

Em dezembro de 2013 novamente o CEL sofreu com as fortes chuvas. Durante um temporal, uma grande quantidade de água desceu dos bairros em direção ao clube, o que provocou a queda de parte dos muros da frente e lateral, erosão e transbordamento do lago, queda de



vegetação na reserva ambiental, além de muito lixo que foi arrastado para as dependências do CEL. A erosão no local onde havia o lago aumentou por causa das chuvas e chegou a ameaçar edificações próximas, como a lanchonete, academia, sauna, berçário, vestiários e piscinas do clube. ■





Caixa oferece benefícios aos inscritos

SERVIÇOS, AUXÍLIOS E CONVÊNIOS VALORIZAM ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS EM TODO O ESTADO

O pagamento regular da anuidade garante ao advogado inscrito, além do direito de exercer a profissão dentro da legalidade, uma série de outros benefícios. A Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag) oferece uma ampla linha de serviços, descontos e convênios em diversos segmentos, o que resulta em um bom retorno da quantia paga anualmente à Ordem. “A Casag presta não só um serviço de mero convênio aos advogados, mas um serviço com viés cultural, educativo e assistencial. Devolvemos em carinho ao advogado o que ele paga em anuidade, este é o nosso maior legado”, afirma o presidente da Casag, Júlio César do Valle Vieira Machado.

Na própria sede da Casag, que fica na Rua 101, nº 199, Setor Sul, em Goiânia, são oferecidos alguns serviços como Farmácia do Advogado, com medicamentos e perfumaria com valores diferenciados; Engraxataria; Loja de Souvenir e Livraria e Ótica do Advogado (sendo que estes dois últimos também são oferecidos na cidade de Rio Verde). É lá também que os interessados podem fazer a assinatura de planos como o de saúde - Unimed Casag, de previdência - OABPrev, odontológico - Uniodonto e Seguro de Vida - Casag Seguros. Ainda na sede da Casag os inscritos podem comprar ingressos mais baratos para a rede de cinemas Lumiére e para aproveitar um dia no Hot Park.

Os inscritos contam também com o convênio com a rede de postos de combustível Xodó, firmado em 2013 e aperfeiçoado em 2014 “graças ao trabalho incansável do vice-presidente da Casag, Hallan de Souza Rocha”, reconhece Julio Machado. Além do combustível mais barato, que permite uma economia de até 20% ao mês, o convênio oferece serviços e uma bomba exclusiva para os advogados e estagiários, desde que tenham o carro adesivado (os adesivos estão disponíveis no posto Xodó da Av. Assis Chateaubriant).

Outra vantagem é o OABVOX, um plano de telefonia móvel oferecido pela Claro com tarifas bem abaixo das encontradas no mercado – apenas o governo federal paga um minuto mais barato do que o firmado com a OAB; e o convênio com a Despachante Automar Veículos, com taxa fixa e competitiva para a prestação de serviços junto ao Detran.

Para os advogados que estão na capital e em Aparecida de Goiânia, é oferecido o serviço de transporte gratuito - Casag Leva Você. O veículo disponibilizado tem horários e itinerários pré-definidos, e percorre gratuitamente fóruns, TJ, Justiça Federal, TRT e Fórum Criminal, sendo que para usar o veículo basta apresentar a carteira de identificação da Ordem.

Aos advogados do interior que vão à Goiânia participar de audiências, a Casag oferece o Hotel de Trânsito, um convênio firmado com o Athenas Plaza Hotel, no setor Marista, no qual o solicitante fica responsável pelo pagamento de apenas 30% do valor da diária, exigindo-se apenas que a reserva seja feita com antecedência e com a justificativa da viagem.

A Casag oferece ainda auxílios para momentos delicados e/ou especiais, como o auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-especial e auxílio-maternidade. Um exemplo do carinho da Casag com os advogados é o oferecimento mensal de turmas de Shantala às advogadas beneficiadas com o auxílio-maternidade. A Shantala é uma massagem indiana voltada para a saúde e o bem estar do bebê, que ajuda a combater problemas de sono, de intestino e cólicas. As mães (e os papais) contam com as aulas desde outubro de 2014.

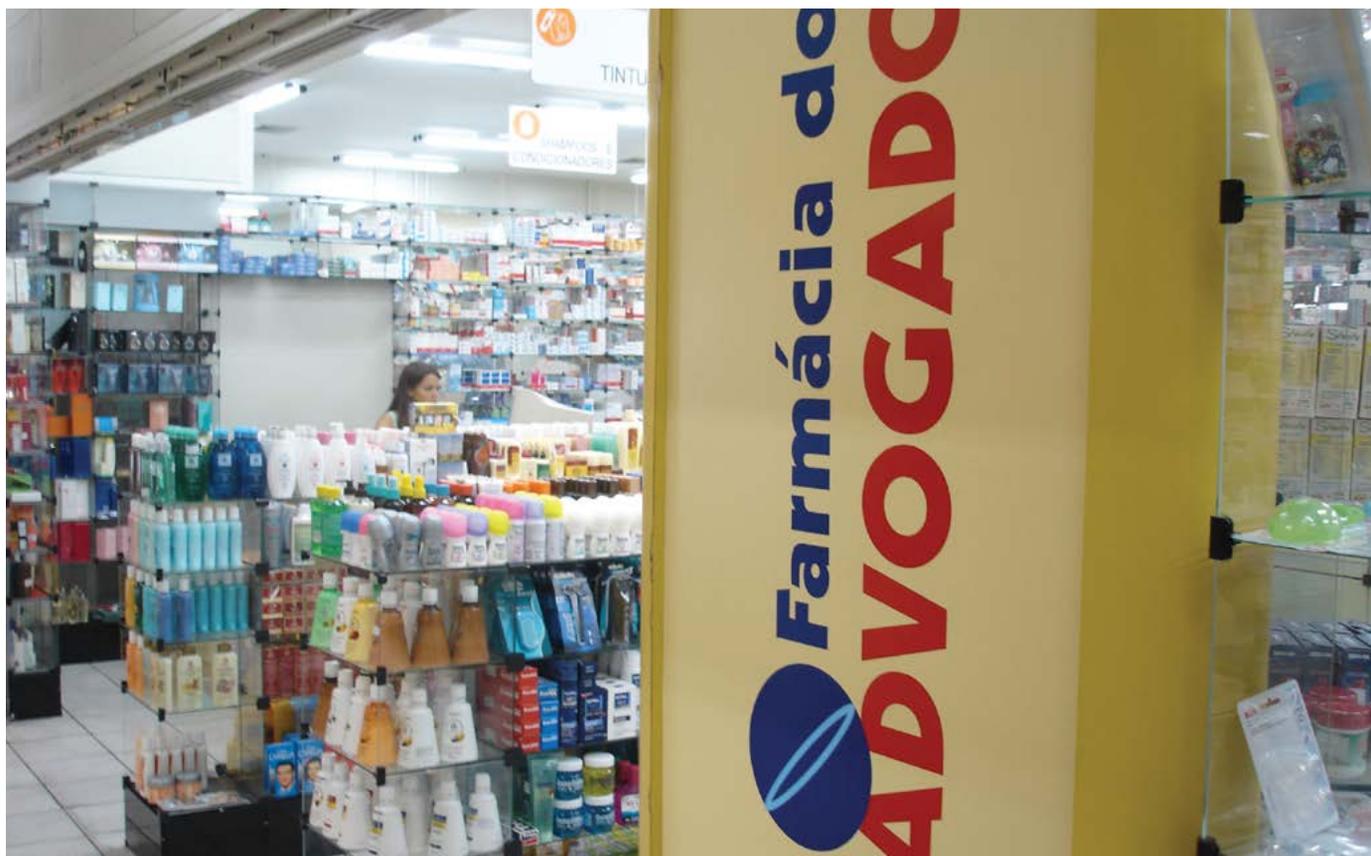
Além dos serviços e auxílios próprios, os inscritos desfrutam de uma gama cada vez maior de convênios firmados com empresas e prestadores de serviços na capital, no interior e também a nível nacional. São descontos em produtos e serviços como vestuário em geral – de roupas a acessórios; alimentação; consultas e produtos em diversas áreas da saúde;

cursos jurídicos e de idiomas; produtos e práticas esportivas; compra e aluguel de veículos; compra de eletroeletrônicos; serviços e terapias estéticas; serviços de câmbio e turismo; serviços cartorários, entre outros. A lista atualizada e detalhada dos convênios, benefícios e serviços prestados está disponível na página da Casag na internet e no aplicativo da OAB-GO, disponível para IOS e Android.

Perspectivas

Em 2015, a Casag pretende consolidar sua política de inclusão digital. “Eu mesmo vou capitanear recursos para, em parceria com a Escola Superior de Advocacia (ESA-GO), investirmos na inclusão digital de todos os advogados goianos”, afirma o presidente da Casag. Isso deve ser feito por meio de cursos e ações itinerantes em subseções de todo o Estado.

Nesse mesmo viés, a Casag pretende aprimorar o aplicativo da OAB-GO, possibilitando a inclusão de um alerta aos advogados quando houver novas publicações em seu nome, nos moldes do serviço já disponível no site da seccional. A ferramenta para aplicativo de celular está em fase de testes. ■





Ano marcado por inovações tecnológicas

CANAL ESA POSSIBILITA QUE INSCRITOS DO INTERIOR TENHAM ACESSO A EVENTOS REALIZADOS NA CAPITAL

“É um novo mundo na área dos eventos realizados pela ESA-GO que deve crescer muito nos próximos anos”. As palavras do diretor da Escola Superior de Advocacia da OAB-GO, Flávio Buonaduce Borges, refletem um resumo da revolução que foi o ano de 2014 para a instituição. Ele se refere principalmente à criação do Canal ESA, que entrou em funcionamento em maio.

A ferramenta funciona na modalidade de Educação a Distância (EaD) e está disponível para os advogados do interior. Por meio do canal é possível assistir, ao vivo, aos principais eventos realizados pela Escola. O Canal ESA mantém ainda uma biblioteca virtual com o acervo de tudo o que já foi transmitido. Para acessar, basta entrar no site da ESA, fazer um breve cadastro e ter acesso a todo conteúdo postado.

Até o mês de novembro foram registrados mais de 7.700 acessos, uma média de 1.300 mensais. Desse total, 67% de acessos foram realizados por advogados que já utilizaram o serviço e 33% correspondem a novos acessos. Em pouco mais de seis meses, 28 eventos já foram transmitidos via Canal ESA, além da sabatina das eleições com candidatos ao governo estadual e ao Senado.

Outra iniciativa marcante deste ano foi a realização de duas semanas jurídicas da ESA/GO em fa-

culdades de direito do interior. “A Escola assume a organização da programação, levando temas atuais através de seu corpo docente, incrementando cada vez mais a discussão sobre a inserção do bacharel em Direito na carreira da advocacia. Os eventos também instigam no graduando a curiosidade de



participarem da OAB/GO”, explica Buonaduce.

Perspectivas

Se 2014 foi um ano de inovações, 2015 também deve superar expectativas dos estudantes da ESA e advogados em geral. O próximo passo, ressalta Buonaduce, é divulgar ainda mais o novo canal nos principais eventos realizados nas subseções do interior de Goiás e ampliar a cobertura, chegando a transmitir 100% dos cursos, palestras e seminários oferecidos. Outra meta é implementar novos produtos a serem difundidos através da ferramenta. “Dessa forma, pretendemos levar o ensino jurídico de maneira mais efetiva ao interior do Estado”, enfatizou Buonaduce.

A expectativa também é grande em relação à Conferência Estadual da OAB/GO, que será realizada entre os dias 27 e 29 de maio, no Centro de Convenções de Goiânia. O diretor da ESA antecipou que a programação está bastante extensa e atingirá a necessidade dos profissionais de direito de toda e qualquer área.

Também já está confirmada para o primeiro semestre de 2015 uma nova turma do Curso de Atualização na Advocacia Contemporânea. O curso tem duração de 5 meses e é dividido em módulos com aulas semanais, focando especificamente a formação do profissional para o mercado de trabalho, com temas como gestão de escritórios, formação societária, contabilidade e finanças na atividade da advocacia, relacionamento e fidelização como estratégia para expansão de carteira



de clientes, marketing jurídico, comunicação, entre outros.

AESA-GO

A Escola Superior de Advocacia da OAB-GO, criada em 1986, funciona como um centro de estudos e pesquisas no campo do Direito, com foco no aprimoramento profissional de advogados e estagiários inscritos na OAB-GO que militam tanto na capital como nos municípios do interior do Estado. A Escola mantém parcerias com institutos de Direito e instituições de ensino superior para oferecer ainda mais possibilidades de aperfeiçoamento jurídico aos inscritos, além de apoiar eventos acadêmicos a fim de aproximar as faculdades da seccional.

Nos últimos dois anos houve aumento de 10% em média em eventos presenciais e telepresenciais em relação à última gestão, que já tinha colocado a ESA/GO entre as três melhores do país. Ao todo foram 662 eventos, sendo 348 eventos na capital e 314 no interior, com participação de 11.664 estagiários e 7.403 advogados. ■



Cursos na ESA: meta é transmitir todos pela internet

QUANDO UMA
CORRESPONDÊNCIA
ENCONTRA
SEU DESTINATÁRIO,



MANTENHA SEMPRE ATUALIZADO SEU CADASTRO.

Mantenha sempre atualizado seu cadastro em nossa seccional.

Além de evitar transtornos, você ainda garante uma série de vantagens, entre elas:



Recebimento
de correspondências
institucionais e também
do informativo eletrônico
Em dia com a OAB-GO.



Recebimento gratuito
de intimações
por meio do OAB Online,
em seu e-mail ou celular.



Atualização
do seu domicílio eleitoral.



A disponibilização
dos seus dados no
Cadastro Nacional
de Advogados
do Conselho Federal.

É importante saber também que toda notificação inicial para apresentação de defesa prévia ou manifestação em processo administrativo perante a OAB deve ser feita por meio de correspondência e é responsabilidade do advogado manter os dados cadastrais atualizado.

(Art. 137 D, §1º, Regulamento Geral da OAB).

ATUALIZE SEU CADASTRO E ASSEGURE DIREITOS.



Mais informações:
(62) 3238-2000

MOVIMENTO

—em defesa dos—

HONORÁRIOS

ADVOCATÍCIOS



ADVOGADO, ESSA É A MARCA DA LUTA POR NOSSOS DIREITOS.

Por isso, é importante que você use este selo em todas as suas petições e documentos. Vamos marcar a nossa luta e assim defender honorários advocatícios justos e adequados ao exercício da nossa profissão.

Acesse o site da OAB-GO, **www.oabgo.org.br**, clique no banner do nosso movimento e baixe o selo.

E lembre-se que qualquer denúncia, dúvida ou sugestão pode ser enviada para o email: **defesadoshonorarios@oabgo.org.br**.

Juntos, somos fortes.



Estudo comprova indispensabilidade do advogado

RELATÓRIO FOI ELABORADO PELA COMISSÃO DE DIREITO DE CONSUMIDOR DA OAB-GO EM JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

A Comissão de Direito do Consumidor da OAB-GO realizou uma pesquisa em 12 Juizados Especiais Cíveis e concluiu que sem advogado constituído o consumidor que já foi lesado acaba tendo indenizações menores. Batizado de "Consumidor sem Advogado, Prejuízo Dobrado", o estudo calculou as médias de indenizações em cada juizado e a diferença surpreendeu.

A indenização média de todos os juizados é de R\$ 982,05 em processos sem advogado e de R\$ 7.578,44 com advogado constituído. A maior diferença foi constatada no 8º Juizado de Goiânia, de R\$ 316,80 para R\$ 8.840,71, ou seja condenações 27 vezes maiores em ações com advogados.

"O estudo tem o intuito de conscientizar a população sobre os seus direitos. Ainda que os juizados não exijam que seja constituído um advogado, o cidadão tem de saber que pode sair ganhando se contratar um bom profissional para representá-lo", afirma o presidente da OAB-GO,

Henrique Tibúrcio.

Mesmo que a lei dos juizados autorize os cidadãos propor uma ação sem assistência de um advogado, o objetivo da pesquisa é demonstrar o quanto é importante que o cidadão seja acompanhado pelo advogado em todos os tipos de processos.

“A nossa luta é pelo respeito da Constituição Federal, em especial, me refiro ao artigo 133 que determina a indispensabilidade do advogado na administração da justiça, pela nossa valorização e dignidade, além, é claro, pelo respeito dos direitos do cidadão”

O presidente da CDC, Rogério Rodrigues Rocha, afirma que uma das preocupações da categoria é que o cidadão já teve algum prejuízo e por isso procurou a justiça, e ao entrar em um processo sem o advogado o mais provável é que sofra mais um dano. "Como o cidadão não tem experiência, ele aceita qualquer acordo e pede uma quantidade pequena de indenização. O valor que ele pode ganhar pode ser muitas vezes maior, caso seja com advogado constituído", diz.

O idealizador da pesquisa e membro da Comissão, Pitágoras Lacerda, afirma que a OAB está na vanguarda deste tipo de levantamento. "A OAB-GO é uma instituição importante para toda sociedade e traz mais credibilidade para a pesquisa", afirma.



Pesquisa

A pesquisa foi realizada por membros da CDC, que fizeram o levantamento detalhado de dados de cada juizado das comarcas de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Foram pesquisados vinte processos, ativos e arquivados, em cada juizado das cidades, dos anos de 2011 a 2014.

Em cada pesquisa, foram selecionados dez processos sem acompanhamento de advogados e mais dez com advogados atuando em defesa dos consumidores.

“ O consumidor, muitas vezes, não tem conhecimento dos seus direitos e pode ser lesado durante um processo judicial ”

Para o presidente da seccional, Henrique Tibúrcio, o levantamento realizado pela Comissão ratifica o que há tempos a OAB-GO vem alertando: o advogado é segurança para o cidadão. "O consumidor, muitas vezes, não tem conhecimento dos seus direitos e pode ser lesado durante um processo judicial", afirma.

"A nossa luta é pelo respeito da Constituição Federal, em especial, me refiro ao artigo 133 que determina a indispensabilidade do advogado na administração da justiça, pela nossa valorização e dignidade, além, é claro, pelo respeito dos direitos do cidadão", completa Tibúrcio. ■



Presidente da CDC, Rogério Rodrigues Rocha

INDENIZAÇÕES MÉDIAS POR JUIZADO

	Sem advogado	com advogado	
1º JEC - Goiânia	R\$ 856,84	R\$ 6.868,55801	7 vezes mais
2º JEC - Goiânia	R\$ 1.975,48	R\$ 12.461,41630	5 vezes mais
3º JEC - Goiânia	R\$ 385,54	R\$ 8.401,032179	20 vezes mais
4º JEC - Goiânia	R\$ 1.053,17	R\$ 6.236,90592	5 vezes mais
5º JEC - Goiânia	R\$ 1.212,95	R\$ 6.930,00571	4 vezes mais
6º JEC - Goiânia	R\$ 262,70	R\$ 4.050,001541	14 vezes mais
7º JEC - Goiânia	R\$ 1.576,70	R\$ 7.587,12481	3 vezes mais
8º JEC - Goiânia	R\$ 316,80	R\$ 8.840,712790	27 vezes mais
9º JEC - Goiânia	R\$ 1.404,44	R\$ 3.709,05264	1,5 vez mais
10º JEC - Goiânia	R\$ 1.740,03	R\$ 11.356,52652	5,5 vezes mais
1º JEC - Ap. de Goiânia	R\$ 300,00	R\$ 7.000,002333	22 vezes mais
2º JEC - Ap. de Goiânia	R\$ 700,00	R\$ 7.500,001071	9 vezes mais

GERAL SEM ADVOGADO: R\$ 982,05

GERAL COM ADVOGADO : R\$ 7.578,44771 6,7 VEZES MAIS



CAJ retoma atividades em fevereiro de 2015

MAIS DE 10 MIL ADVOGADOS PARTICIPARAM DE EVENTOS DA COMISSÃO NOS ÚLTIMOS ANOS

Diretoria da CAJ

Nos últimos dois anos, aproximadamente dez mil advogados, cinco mil acadêmicos e bacharéis em Direito e três mil estudantes do ensino médio e fundamental participaram das diversas atividades promovidas pela Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) da OAB-GO. A informação faz parte do relatório elaborado pela comissão e entregue à secretária-geral adjunta da Seccional, Márcia Queiroz Nascimento. A CAJ, presidida pelo advogado Wanderson de Oliveira, conta com 323 integrantes, participou ativamente de discussão de questões sociais e retoma as atividades em fevereiro deste ano de 2015.

Um dos debates que teve a participação da comissão foi em relação à taxa de 10% em bares e restaurantes. A CAJ apresentou à diretoria da Seccional material sobre a inconstitucionalidade de Lei Municipal que tratava sobre o tema. O estudo, resultado de trabalho conjunto com a Comissão de Direito Constitucional e Legislação e com a Comissão de Direito do Consumidor, culminou em uma Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela instituição. Em razão desta ação, a Câmara Municipal de Goiânia revogou a lei que autorizava a cobrança da taxa e publicou outra, tornando-a facultativa.

Em prol da advocacia, a CAJ atuou em parceria com outras comissões: em conjunto com a Comis-

são de Acompanhamento Forense, realizou um mapeamento do judiciário, em que as dificuldades enfrentadas pelos advogados em cada juízo foram apontadas. Com a Comissão de Direito Desportivo e o Tribunal de Justiça Desportiva de Goiás, sediou sessões de julgamento do pleno do Tribunal de Justiça Desportiva. Juntamente com o Conselho Estadual de Juventude e a Superintendência de Juventude do Governo do Estado, apresentou estudo e sediou debate sobre internação compulsória e internação involuntária de dependentes químicos.

Na esfera nacional, a CAJ participou ativamente de eventos da Advocacia em Início de Carreira na Paraíba, no Pará, em Minas Geris e no Rio de Janeiro. O objetivo foi alinhar de forma nacional as estratégias de atuação das comissões.

A Comissão lançou a segunda edição da “Cartilha do Advogado em Início de Carreira”; realizou trinta edições do “OAB Vai à Faculdade” (com a participação de acadêmicos em Goiânia, Anápolis, Rubiataba, Cristalina, Anicuns e Jataí); dezessete edições do “OAB Vai à Escola” (com alunos de Ensino Médio e Fundamental de Goiânia, Jataí, Niquelândia, Formosa, Planaltina de Goiás e Palmeiras); e oito edições do curso “Meu Primeiro Escritório”, dentre outras ações.

“Nossa proposta de fazer o profissional em início de carreira entender que a CAJ é o melhor caminho de auxílio para quem inicia a profissão tem sido alcançado”, diz o presidente Wanderson de Oliveira. “Isto pode ser percebido pelo alcance das nossas ações e a participação dos novos colegas”. A Comissão volta a se reunir em 10 de fevereiro.

Colégio de Presidentes da CAJ debate honorários correspondentes

Honorários pagos ao advogado correspondente, aquele que realiza serviços para escritórios de advocacia ou empresas de outros estados, foram discutidos durante o 5º Colégio de Presidentes de Comissão da Advocacia Jovem da OAB-GO. O evento, realizado em dezembro de 2014, reuniu representantes das comissões de Advocacia Jovem das Subseções na sede da Seccional, em Goiânia.

Segundo Wanderson de Oliveira, presidente da Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) da Seccional, o profissional que atua como correspon-

dente acaba por receber honorários considerados aviltantes. “A tabela de honorários da OAB deve ser seguida”, alerta. Honorários são a remuneração recebida pelo profissional liberal em contraprestação por um serviço realizado. As palestras proferidas aos participantes também abordaram as vantagens da OAB Prev. O presidente da instituição, Enil Neto, falou sobre a criação da entidade e sua função, entre elas mais segurança financeira e precaução para possíveis imprevistos.

“Nossa proposta de fazer o profissional em início de carreira entender que a CAJ é o melhor caminho de auxílio para quem inicia a profissão tem sido alcançado.”

O secretário-geral da OAB-GO, Julio Cesar Meirelles, saudou a CAJ pela realização do encontro. “Vocês representam a grande parte da advocacia do Estado”, disse o secretário-geral aos participantes do evento. Atualmente, a maioria dos advogados em atividade no Estado tem menos de dez anos de inscrição na Ordem.

Meirelles lembrou que são nestes encontros que as demandas da categoria são apresentadas e discutidas. Ressaltou que o trabalho da CAJ é reconhecido também entre outras seccionais da OAB. ■



Colégio de Presidentes da CAJ: advocacia jovem inserida nos principais debates



Prêmio OAB-GO de Jornalismo 2014 tem recorde de inscrições

NA QUARTA EDIÇÃO 27 JORNALISTAS SÃO PREMIADOS EM CINCO CATEGORIAS

O Prêmio OAB-GO de Jornalismo 2014 contou com a inscrição de 98 reportagens veiculadas em jornais, rádios, TV e sites. Trata-se de um recorde de participação se comparado com o número de inscrições recebidas nas edições anteriores. Em dezembro, os 27 jornalistas premiados foram conhecidos durante o coquetel realizado na sede da seccional.

Para o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, “a imprensa desempenha papel indispensável na defesa da democracia e esse prêmio tem a função de contribuir para a aproximação da Ordem à sociedade, no cumprimento de seu papel constitucional”.

Tibúrcio destacou que a premiação é uma iniciativa da seccional que busca a interação entre a instituição e a imprensa. “Nós da OAB sempre nos dispusimos a atender a imprensa, seja qual for o assunto. Porque uma entidade que pressa pela transparência não poderia agir de outra forma, a não ser ter este canal direto e permanente com a imprensa. O Prêmio OAB-GO de Jornalismo é um sinal de respeito

“a imprensa desempenha papel indispensável na defesa da democracia e esse prêmio tem a função de contribuir para a aproximação da Ordem à sociedade, no cumprimento de seu papel constitucional.”

que a seccional tem pela categoria”.

O presidente destacou ainda a importância dos meios de comunicação. “Sentam-se todos merecedores dos prêmios e das honrarias que foram distribuídos. Sei que não podemos premiar todos, mas cada um de vocês desempenha um importante papel para a sociedade, para a própria instituição e, principalmente, para o estado de Direito, que é o que as duas categorias mais precisam”.

Nesta quarta edição as categorias contempladas foram: fotojornalismo, jornalismo impresso, webjornalismo, radiojornalismo e telejornalismo. Os vencedores em cada categoria receberam prêmios de R\$ 3 mil (1º lugar), R\$ 2 mil (2º lugar) e R\$ 1 mil (3º lugar), que foram entregues pelos diretores da instituição.

O prêmio é um concurso jornalístico instituído pela OAB-GO para premiar matérias veiculadas na imprensa goiana que tenham como fontes advogados inscritos na Seccional. A missão é valorizar o trabalho desenvolvido por profissionais de jornalismo do Estado e conscientizar os cidadãos goianos sobre a importância do advogado para a democracia e administração da Justiça. ■

CONFIRA OS VENCEDORES:

Fotojornalismo

- 1º Lugar - Ricardo Rafael - O Popular
- 2º Lugar- Carolina Pessoni - A Redação
- 3º Lugar- Daniele Reis - Diário da Manhã



Jornalismo impresso

- 1º Lugar - Galtieri Rodrigues - O Popular
- 2º Lugar- Cleomar Almeida; Malu Longo; e Alfredo Mergulhão - O Popular
- 3º Lugar- Cynthia Costa - O Hoje



Radiojornalismo

- 1º Lugar - Yara Galvão - RBC
- 2º Lugar - Jeniffer Jacob; Karine Pinheiro; e Carlos Eduardo Almeida - RBC
- 3º Lugar- Rafael Mesquita - CBN



Telejornalismo

- 1º Lugar - Paulo Henrique dos Santos; e Wanda Oliveira - TV Record Goiás
- 2º Lugar - Honório Jacometo; Tadeu Felipe; e Lourdes Malaquias - TV Anhanguera
- 3º Lugar - Dyego Spíndola; Larissa Lessa; Gabriele Alves; Tiago Mendonça; e Isaildo Santos - TBC



Webjornalismo

- 1º Lugar - Adriana Marinelli; e Mônica Parreira - A Redação
- 2º Lugar - Lívia Amaral - Goiás Agora
- 3º Lugar- Wanessa Rodrigues - Rota Jurídica

9º Seminário Goiano debate atualidades da Justiça Desportiva

DEMOCRACIA, RACISMO NO FUTEBOL E GESTÃO NAS ÁREAS TRABALHISTAS, FINANCEIRA E DE MARKETING FORAM TEMAS DISCUTIDOS

A Comissão de Direito Desportivo (CDD) da OAB-GO realizou, no mês de outubro, o 9º Seminário Goiano de Direito Desportivo, que nesta edição trouxe a temática “Atualidades da Justiça Desportiva”. De acordo com o presidente da CDD, Adalberto Grecco, este evento é um ícone nacional. “Recebemos pessoas de todos os estados para prestigiar o Seminário. Estamos muito satisfeitos com o alcance desse projeto. Nosso objetivo é difundir o Direito Desportivo como um novo ramo”.

Tema da atualidade, o racismo no futebol foi um dos assuntos abordados. O presidente da OAB-SC, Tullo Cavalazzi Filho, tratou sobre o tema e discutiu as novas campanhas e ações para defesa e combate da violência nos estádios. “A Justiça Desportiva enfrenta, hoje, no Brasil algumas situações bem novas. Esta questão do racismo está muito em pauta. Por isso é preciso discutir a extensão da aplicação do racismo ou da injúria racial. Além de saber como o clube de futebol pode se defender e trabalhar para que isso não venha a ocorrer”, esclareceu.

No segundo dia do seminário, o destaque esteve na abordagem do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Guilherme Augusto Caputo Bastos, que tratou sobre as características especiais do contrato de trabalho desportivo. Caputo lamentou o fato de o futebol ser a única modalidade a respeitar as leis estabelecidas pela Justiça do

Trabalho. “Isso é algo que precisa urgentemente ser reconsiderado, é uma hipocrisia que modalidades importantes como o basquete, vôlei e futebol de salão, por exemplo, não mantenham um contrato de trabalho com seus atletas”, ressaltou, pontuando também que há uma urgente necessidade de revisão da Consolidação das Leis Trabalhistas por haver total incompatibilidade com questões específicas da prática do desporto.

O diretor de Marketing da Sociedade Esportiva Palmeiras, José Carlos Brunoro, fez um retrospecto de sua trajetória desde a atuação no voleibol, passando pela fórmula 1 até chegar à gestão de clubes de futebol. Sobre marketing, o diretor do Palmeiras destacou as razões pelas quais empresas decidem investir no esporte, são algumas delas: transmissão de valores, visibilidade, alcance de novos mercados e inclusão. “O esporte é o investimento mais barato e de maior retorno. Ele emociona, alcança tribos e permite marketing personalizado”, salientou.

Em sua palestra sobre Democracia e Desporto o membro da Comissão de Direito Desportivo da OAB-GO, Rafael Hernandez Soares, destacou a relevância do esporte e do lazer nas políticas sociais. “A mobilização é muito importante para conquistarmos a democracia em âmbito desportivo. A partir desse movimento podemos fazer com que o governo altere a estrutura que já está implementa-

da”, explicou.

Sobre gestão financeira, o membro da CDD da Seccional Goiana, Guilherme de Oliveira Bentzen e Silva, aprofundou as discussões sobre a inserção dos clubes de futebol no mercado de capitais. Bentzen citou exemplos de clubes estrangeiros com experiência em atividades na bolsa de valores e destacou possíveis problemas dos clubes brasileiros para a efetiva inserção nessa modalidade de investimentos. “Entre vários se destacam a desordem administrativa, a falta de transparências e as dívidas. Hoje os clubes nacionais possuem um débito de R\$ 400 milhões na Previdência. Uma solução poderia ser a criação da lei de reponsabilidade fiscal do esporte”, explicou, ao afirmar que, se organizados, os clubes poderiam caminhar para uma nova fase de gestão e, consequentemente, para a inserção no mercado de capitais.

Reconhecimento

Durante a realização do 9º Seminário Goiano de Direito Desportivo, o presidente da CDD da OAB-GO, Adalberto Grecco, organizador do evento, foi homenageado pelo ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Guilherme Augusto Caputo Bastos, que entregou uma placa a Grecco. “O direito desportivo, se alcançou alguma importância nos últimos tempos, foi graças a poucas pessoas que se dispuseram a trabalhar o tema por meio da realização de seminários ou publicação de artigos.

Eu queria homenagear Adalberto Grecco pelo seu entusiasmo. Essa placa singela representa nossa admiração pelo seu trabalho”, defendeu o ministro.

Emocionado, Grecco agradeceu a honraria e se demonstrou fortalecido para continuar seu trabalho militante na área do Direito Desportivo. “Podem continuar contando com meu trabalho. Somos poucos e temos que nos unir nessa luta porque é dessa forma que o Direito Desportivo irá se fortalecer”, disse.

Atividades

Durante o ano de 2014, a Comissão de Direito Desportivo participou de diversos eventos. Entre eles: I Simpósio Científico de Direito Desportivo da UFG, em maio; I Seminário Violência nos Estádios e Estatuto do Torcedor; II Simpósio de Direito do Trabalho Desportivo - Campinas-SP; I Conferência Internacional de Direito Desportivo Comparado - Campinas-SP, todos em setembro, além da 1ª Caminhada da Fé e do 1º Passeio Ciclístico da Casag. A décima edição do Seminário Goiano de Direito Desportivo está prevista para acontecer no mês de setembro de 2015.

O ano de 2014 também foi marcado por uma grande conquista. Em setembro, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) assinou a Resolução de Criação do Juizado do Torcedor, por unanimidade de votos dos desembargadores. ■



Minisrto do TST, Guilherme Caputo, homenageia Adalberto Grecco



OABPrev prevê crescimento acima da meta

ENTIDADE PLANEJA REGIONALIZAÇÃO DO PLANO PARA FACILITAR ACESSO DO ADVOGADO DO INTERIOR

O Fundo de Pensão – Entidade de Previdência Complementar Fechada (OABPrev GO/TO) deve continuar sua expansão em 2015. É o que prevê o presidente da entidade, Enil Henrique de Sousa Neto. "Além do crescimento no número de adesões, a expectativa para o novo ano é que o OABPrev supere novamente a meta atuarial do INPC+5%", afirma Enil.

O presidente do fundo de pensão destacou que uma das metas para 2015 é a regionalização do plano de previdência, colocando-o mais próximo do advogado do interior do Estado. "Queremos colocar consultores fixos regionais para atender melhor o advogado que não vem sempre à Capital. Além disso, a partir de março retomamos as Semanas da Previdência nas subseções, orientando os inscritos acerca do nosso plano", destacou.

Enil Neto destacou ainda uma novidade para 2015: a redução de 0,5% da taxa de administração mensal do fundo de pensão. "Vamos reduzir esse custo pela metade. Isso significa, sem dúvidas, economia para o advogado, sem que o plano perca sua qualidade e atendimento personalizado."

Para o presidente do OABPrev GO/TO, 2014 foi um ano muito importante para o a entidade. "Retomamos nosso ritmo de vendas e superamos a meta de rendimentos. Desde abril nosso fundo de pensão rende 54% a mais que a poupança. Isso faz com que o nosso plano seja

um dos mais competitivos do mercado."

Atendimento

A advogada Juventina Luiza Lamounier é assistida há cerca de seis meses pelo OABPrev e elogia o atendimento da entidade. "Sempre fui muito bem recebida e com muita atenção. Todos estavam sempre dispostos a resolver meus problemas e dúvidas", ressalta.

Juventina, que aderiu ao plano em 2008, afirma que o custo benefício é muito bom. "Pelo valor que eu sempre paguei e o que eu recebo agora, é muito satisfatório. Pra mim tem sido muito importante, está me ajudando em um momento delicado da minha vida. Eu uso o OABPrev e faço propaganda. Acho que todos os advogados deveriam aderir ao plano", avalia a advogada.

O OABPrev oferece aposentadoria programada, diferida e por invalidez; pensão por morte de participante ativo e por morte de participante assistido; e abono anual. Em relação a outros planos de previdência, ele se destaca no fato de que todo participante pode ocupar cargo na diretoria executiva e conselhos. A transparência do plano é total, pois todo participante, através de senha pessoal, pode acessar via site, seus extratos, pagamentos e rentabilidade. "Além disso, o patrimônio é do participante e a nossa tabela é diferenciada. Nossos cálculos são sempre benéficos a quem fez a adesão", finaliza Enil Neto. ■



ADVOGADO, SUA CONSULTA PODE E DEVE SER REMUNERADA.



O conhecimento jurídico vale muito e faz grande diferença para a sociedade. Por isso, você pode e deve cobrar pela consulta.

A cobrança é justa, prevista em lei e ajuda a fortalecer nossa profissão.



Vamos juntos com a OAB-GO lutar pela valorização profissional e defender uma remuneração justa.



A ordem
é valorizar
o advogado.

Transparência

A implantação do OAB Transparência será apresentada na primeira sessão ordinária de 2015. O projeto, que visa divulgar as ações e contas da OAB-GO a todos os advogados goianos, foi aprovado por unanimidade, em novembro, durante sessão institucional do Conselho Seccional.



Mulher em Destaque

A presidente da Subseção de Jataí, Simone Oliveira Gomes, foi a homenageada da primeira edição do prêmio “Mulher em Destaque – Advocacia 2014”. Idealizada pela Comissão da Mulher Advogada (CMA) a homenagem tem o objetivo de valorizar mulheres que se destacam, preferencialmente, na carreira jurídica por seu desempenho, eficiência e desenvolvimento de serviços à sociedade no âmbito do Estado de Goiás.

Protocolização de interlocutórias

Projeto-piloto para implantação de protocolização de interlocutórias diretamente nas Varas Judiciais na Comarca de Valparaíso de Goiás foi aprovado pelo juiz de Direito da 1ª Vara e diretor do Foro da Comarca de Valparaíso de Goiás, José Augusto de Melo Silva. A proposta é dar maior agilidade e eficiência na entrega da prestação jurisdicional. O funcionamento das protocolizações das interlocutórias diretamente nas serventias judiciais do Fórum está ocorrendo desde outubro.

Serviços extrajudiciais

Os serviços extrajudiciais do Estado deverão ser prestados ao público de forma ininterrupta. É o que determina a Corregedoria-Geral de Justiça em decisão publicada em agosto. A finalidade do atendimento das 8h às 18h, sem intervalo para o almoço, é evitar prejuízos aos usuários que se deslocam de outras localidades.

Gravação de audiências

Desde setembro é possível gravar audiências judiciais realizadas pelos Juízos de 1º Grau em meio eletrônico audiovisual (som e imagem), em processos eletrônicos e físicos, para a coleta de prova oral. A gravação é realizada com equipamento de informática disponível nas salas de audiências do Poder Judiciário e, antes de iniciar os trabalhos, as partes e testemunhas são informadas sobre o registro e termo de audiência assinado pelo juiz, advogados ou defensores e representantes do Ministério Público. Estes também terão acesso às audiências gravadas e poderão acessar demais processos, resguardado o segredo de justiça.

Criminalização

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, em setembro, projeto de lei que criminaliza a conduta de violar direitos ou prerrogativas dos advogados. A conquista histórica foi comemorada pelo presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio. “As prerrogativas profissionais da advocacia são, na verdade, garantias dos direitos do jurisdicionado”, disse. O texto agora será levado ao plenário do Senado e, em seguida, para a Câmara.



Carteira de Estudante

A seccional goiana da OAB, por meio da Comissão de Advocacia Jovem (CAJ), lançou a Carteira de Estudante de Direito da Ordem em Goiás. Todos os estudantes de graduação e pós-graduação em Direito podem solicitar o serviço, desde que a universidade tenha curso reconhecido pelo Ministério da Educação. A carteira de estudante pode ser solicitada no site da União Representativa dos Estudantes e Juventude do Brasil - URE (www.ure.com.br/carteiras-estudante). Além dos descontos garantidos por lei, a Carteira de Estudante de Direito também garante alguns dos serviços que são oferecidos pela Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag) e pela Escola Superior de Advocacia (ESA) aos inscritos.

Carga rápida

Devido à forte atuação da OAB-GO, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) suspendeu a determinação do juiz de Direito, Carlos Luiz Damascena, que ordenava aos servidores da 11ª Vara Cível de Goiânia que não permitissem os advogados de fazerem carga de processos que estivessem com audiência marcada para data futura. O pedido de providências foi feito por meio da Comissão de Direitos e Prerrogativas.



Catalão

A Sala dos Advogados no Fórum de Catalão ganhou nova roupagem. Além da reforma e novo mobiliário, seis computadores, mais uma máquina copiadora e duas novas impressoras, uma para emissão de código de barras para protocolo de petições e outra para emissão de extratos de processos, estão disponíveis aos advogados.

Honorários dativos

O pagamento dos honorários dativos poderá ser realizado através de crédito em qualquer instituição da rede bancária. A decisão foi lavrada pela Procuradoria Geral do Estado de Goiás. A Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO), como órgão autônomo, não está sujeita às determinações contidas no artigo 4º da Lei nº 18.364, de 10 de janeiro de 2014, que dispunha que todos os pagamentos a serem realizados pela Defensoria seriam efetivados somente em contas da Caixa Econômica Federal (CEF).

Cota

O Conselho Pleno da OAB aprovou, em novembro, novas regras para que as chapas contem com, pelo menos, 30% de mulheres em sua composição. A medida aplica-se inversamente à chapas majoritariamente femininas, visando igualdade de representação dos gêneros.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil (BB) atendeu pedido da OAB e notificou suas agências para que permitam o levantamento de depósitos judiciais, precatórios e requisições de pequeno valor por advogados que possuam procurações com poderes específicos, sem necessidade do documento com firma reconhecida por autenticidade para esse fim. A Ordem vinha recebendo diversas manifestações de profissionais que têm seus pedidos negados em agências do BB. A instituição oficiou o banco quanto ao não atendimento de resolução do Conselho da Justiça Federal que permite essa prática.

Paralegal

O presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio condenou o Projeto de Lei 5749/2013, de autoria do deputado Sérgio Zveiter (PSD-RJ), que permite que os bacharéis em Direito atuem profissionalmente sem a inscrição na OAB. A proposta cria a figura do 'paralegal' que, segundo o projeto, exerceria função de assistência ao trabalho do advogado. O projeto de lei foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal em agosto. Tibúrcio afirma que a proposta fere a Constituição, segundo a qual o exercício das atividades da advocacia é privativo de advogado e mascara a grave crise do ensino jurídico brasileiro provocada pela mercantilização da educação.

Masayuki Missao é eleito representante da OAB-GO junto ao CAT

Masayuki Missao foi eleito representante da Seccional goiana junto ao Conselho Administrativo Tributário (CAT) em votação realizada no mês de dezembro de 2014, durante sessão plenária do Conselho Seccional, na sala de sessões da OAB-GO. Missao recebeu 37 votos enquanto o candidato Renan Soares de Araújo teve 5 votos. Foi registrada uma abstenção.

Tiveram direito a voto os membros da diretoria, conselheiros titulares e natos. Missao é aposentado da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (Sefaz), onde atuou por 16 anos como auditor fiscal de tributos estaduais. Participou da criação do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco) e foi conselheiro seccional (2010 a 2012) e presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB-GO (2010 a 2012).

Após eleito para assumir o cargo de conselheiro efetivo do CAT, Masayuki Missao ressaltou que os representantes da Seccional goiana da OAB no Conselho Administrativo Tributário devem contribuir para que haja maior independência nos julgamentos e para que o contribuinte não seja penalizado.

Sindicato de Advogados

O presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de Goiás, Francisco Sena, junto a diretoria da entidade, visitou a seccional da OAB-GO, com a finalidade de convidar os conselheiros para se filiarem ao sindicato. O advogado se que interessar em filiar ao sindicato deve ir à sede, localizada na Avenida 136, Edifício Nasa Tusinefs Style, 11º andar, Setor Sul.



Sala do Advogado TRF

O presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio, inaugurou, em junho, a sala do advogado no Tribunal Regional Federal do Setor Oeste. Na unidade, onde funcionam as 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Varas, o inscrito passa a ter acesso a serviços como cópias, impressões, digitalizações, emissão de guias e orientações E-proc.

Pagamento de alvarás

O projeto-piloto que promete tornar mais ágil o pagamento de alvarás judiciais foi lançado pela OAB-GO, em agosto. A implantação atende a um requerimento da Comissão de Direito Bancário, enviado ao Banco do Brasil (BB). A princípio, 15 agências de Goiânia passarão a realizar pagamentos de alvarás judiciais em um prazo mais curto. Ao longo do atendimento serão realizadas adaptações para aprimorar a prestação de serviços financeiros à categoria. O projeto experimental servirá de modelo para o Banco do Brasil que pretende expandir o serviço para a rede de atendimento de todo país.

Campanha medula óssea

Entre os dias 14 e 21 de dezembro, a OAB-GO participou da Semana de Mobilização Nacional para Doação de Medula Óssea que, no Estado, foi promovida pelo Hemocentro de Goiás (Hemogo). A campanha foi encabeçada pela Comissão de Direito Médico, Sanitário e Defesa da Saúde (CDMS) da Seccional goiana. Equipe do Hemocentro realizou cadastro de novos doadores de medula óssea nas Salas da OAB-GO que ficam nos Fóruns de Goiânia, Trindade e Aparecida de Goiânia.

Ponto Eletrônico I

Após receber solicitação de inscritos que trabalham no Detran, a OAB-GO pediu ao órgão que cumprisse a decisão da 9ª Vara da Justiça Federal que veda exigência de controle de ponto dos gestores jurídicos e advogados autárquicos. O presidente do Detran, João Furtado, se comprometeu em editar portaria para regulamentar a decisão judicial no órgão. "Vamos cumprir o que decidiu a Justiça", garantiu.

Ponto Eletrônico II

A OAB-GO foi autora da ação que objetivou a desobrigação dos gestores jurídicos e advogados autárquicos de controle de ponto no âmbito da Justiça Federal. A Seccional destacou que os gestores jurídicos, nos termos da Lei Estadual nº 16.921/2010, são advogados públicos; e que a categoria está sujeita a regime jurídico funcional diferenciado. Em decisão, o juiz federal Euler de Almeida Silva Júnior, da 9ª Vara da Justiça Federal, foi favorável à OAB-GO.

Vagas gratuitas

A OAB-GO, por meio da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico (CDIU), elaborou parecer jurídico que contribuiu para a promulgação da Emenda à Lei Orgânica do município de Goiânia (LOM) 01/2014, que acrescenta o artigo 156-A ao texto legal, obrigando shoppings, supermercados, bancos e outros estabelecimentos a disponibilizarem determinada quantidade de vagas gratuitas para estacionamento. Agora, a prefeitura de Goiânia faz cálculos para estabelecer o número específico de vagas que cada estabelecimento deverá reservar para uso gratuito.

Ouvidoria

Após 4 anos de criação, a Ouvidoria da OAB-GO registrou mais de 4 mil atendimentos. O departamento pode ser acionado para sugestões, informações ou reclamações e está aberto não só para atender aos inscritos, mas principalmente, receber manifestações de clientes de advogados e cidadãos que perceberem que algo está errado. Para acionar a Ouvidoria basta ligar para o número 0800-642-2210 ou preencher o formulário disponível no site www.oabgo.org.br.

Taxa de serviço

OAB-GO ingressou em fevereiro de 2013 no Judiciário com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei Municipal nº 8.334/2005, que tornava obrigatório o pagamento de 10% de taxa de serviço nos bares e restaurantes de Goiânia. Questionada na justiça, a Câmara de Vereadores derrubou a lei e o pagamento da taxa passou a ser facultativo. "Nunca foi obrigatório o pagamento da taxa de 10% porque a lei era inconstitucional. É preciso que o consumidor seja alertado sobre isso", afirma o presidente da OAB-GO, Henrique Tibúrcio. A Lei nº 9418/2014 já está em vigor e sujeita o estabelecimento a multa de R\$ 3 mil e até o cancelamento do alvará de funcionamento em caso de reincidência.

Jogos Nacionais da OAB

A OAB-GO foi escolhida pela Comissão Especial de Eventos Desportivos do Conselho Federal da OAB (CFOAB) para organizar e sediar a 16º Jogos Nacionais da OAB de 2015. A competição congregará o XVI Campeonato Brasileiro de Futebol Livre e Master e o III Campeonato Brasileiro de Vôlei de Praia, nas categorias masculina e feminina. Os Jogos acontecerão entre os dias 2 e 7 de setembro de 2015. A última edição dos Jogos Nacionais da OAB, realizado em outubro, no Rio de Janeiro, reuniu mais de 1087 advogados atletas.

Estagiário

O diretor do Foro da Comarca de Goiânia, juiz Átila Amaral, encaminhou ofício circular a todas as varas da Capital, informando que os estagiários regularmente inscritos na OAB e que foram constituídos como procuradores judiciais em processos podem praticar todos os atos que lhes são autorizados por lei após a obtenção de diploma de bacharel em Direito e registro profissional na Ordem, independentemente da outorga de novo mandato. Essa autorização vale ainda que no processo conste apenas o número de inscrição do registro de estagiário. A orientação foi expedida após reclamação formulada pela Comissão de Direitos e Prerrogativas (CDP) da OAB-GO ao diretor do Foro.

Código do Contribuinte

Em maio, a OAB-GO participou do lançamento do Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Estado de Goiás, popularmente chamado de Código do Contribuinte. O presidente da Comissão de Direito Tributário da Seccional, Thiago Miranda, redigiu a minuta original do código que foi lançado. Durante o evento, foram lançadas também as cartilhas "Um novo olhar para a relação Fisco-Contribuinte" e "Gerindo seu negócio com a Contabilidade", que orientam os empresários sobre como proceder em relação à fiscalização tributária de acordo com o marco regulatório.

Homenagem

Em agosto, o conselheiro federal Miguel Ângelo Cançado representou a OAB-GO na sessão plenária do Conselho Federal da Ordem que prestou homenagem a advogados ofendidos em suas prerrogativas profissionais. A advogada goiana Tania Morato Costa esteve entre os homenageados. Tania teve suas prerrogativas desrespeitadas por conduta do magistrado Joseli Luiz da Silva. O Conselho Seccional, à época, no ano de 2012, publicou nota de desagravo em favor da advogada e também recorreu à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Pelas ofensas à Tania Morato e a outros advogados o juiz foi punido, em julho deste ano, pela Corte Especial do TJ-GO em representação ingressada pela OAB-GO.

Habeas Corpus

Em agosto, após pedido feito pela OAB-GO, o Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) concedeu habeas corpus ao advogado Enes Borges de Mendonça, detido em flagrante por suposta Coação no Curso do Processo a Juiz e Serventuários de Itapaci. Em sua decisão, o desembargador Edison Miguel da Silva Júnior destacou a demora na coleta de provas apresentação de denúncia e concedeu liberdade provisória.

PJe I

Uma inovação presente no Processo Judicial Eletrônico (PJe), a partir da versão 1.6, permite que advogados e partes possam enviar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) arquivos de imagem, áudio e vídeo para serem anexados a processos em trâmite no Conselho. Além disso, é possível mandar mais de um documento por vez, o que não ocorria no e-CNJ.

PJe II

Outra melhoria do novo sistema diz respeito à simplificação do processo de cadastro dos advogados para acesso ao PJe. Antes, era preciso preencher quatro ou cinco páginas com dados. Hoje, o advogado vai até a área de login e é direcionado a uma página pré-preenchida com dados disponibilizados pela OAB. Com isso, o processo de cadastramento foi reduzido a apenas três passos: acessar a área de login, confirmar os dados e assinar eletronicamente a operação.

Certidões negativas I

Em março, o Conselho Seccional da OAB decidiu durante sessão plenária, que, em casos relacionados às sociedades de advogado, a apresentação de certidões negativas municipais e estaduais não é necessária. A proposta foi apresentada pelo presidente da Comissão das Sociedades de Advogados, Rafael Lara Martins. De acordo com Rafael, a OAB-GO não é órgão arrecador e nem deve fazer essa fiscalização por terceiros.

Certidões negativas II

O CFOAB decidiu em 2013 que, no mesmo caso, não seria mais exigida a apresentação de certidões negativas federais. Segundo o presidente da seccional, Henrique Tibúrcio, a decisão tomada primeiro pelo Conselho Federal e agora pela OAB-GO é coerente. "Essas exigências aconteciam porque era uma forma de compelir o contribuinte a recolher proibindo de exercer certo direito caso não faça, mas a OAB não tem essa obrigação", afirma.

Estacionamento Fórum Fenelon

A OAB-GO reiterou pedido para que os advogados tenham vagas no estacionamento do Fórum Desembargador Fenelon Teodoro Reis, em Goiânia, mas a solicitação foi negada. Desde 1º de outubro deste ano, a diretoria do Foro restringiu o acesso ao estacionamento aos magistrados, integrantes do Ministério Público e servidores em razão de reforma realizada no prédio do Fórum e ficará em vigor até janeiro de 2015.

Conferência Nacional

O conselheiro federal da OAB por Goiás, Pedro Paulo de Medeiros, o presidente da Comissão de Direito Digital e Informática (CDDI), Tabajara Póvoa, e a presidente da Comissão de Direito Homoafetivo (CDHom), Chyntia Barcellos foram palestrantes da XXII Conferência Nacional dos Advogados, ocorrida em outubro, no Rio de Janeiro. O evento, que teve como tema central a "Constituição Democrática e Efetivação dos Direitos", registrou mais de 15 mil participantes.

CAJ reúne representantes das subseções

A 5ª edição do Colégio de Presidentes da Comissão de Advocacia Jovem da OAB-GO foi realizado no dia 19 de dezembro, na sala de sessões da sede administrativa da Seccional. O encontro discutiu temas como apoio ao exercício da advocacia, honorários de correspondência, marketing jurídico e serviços e benefícios oferecidos pela Casag, além dos cursos disponibilizados pela ESA-GO. Participaram do evento os presidentes e representantes das comissões de Advocacia Jovem de todas as subseções da OAB-GO.



Futevolêi no CEL

Nos dias 29 e 30 de novembro, o Centro de Cultura, Esporte e Lazer da Seccional goiana, recebeu o Torneio Amigos CEL da OAB-GO de Futevôlei. A competição é organizada por um grupo de inscitos na Ordem e tem os objetivos de promover integração entre os advogados e também a solidariedade, já que tudo o que for arrecadado com a entrada, um quilo de alimento, será doado a uma instituição de caridade. Participaram do torneio 32 duplas.

Homofobia

A presidente da Comissão de Direito Homoafetivo (CDHom) da OAB-GO, Chyntia Barcellos, se reuniu, em maio, com parlamentares na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás. O objetivo era propor alterações nos boletins de ocorrência, trazendo campo para orientação sexual e identidade de gênero. A CDHom buscou também junto à Câmara de Vereadores e à Assembleia Legislativa a edição de leis que penalizem a homofobia.



Subseção Destaque

Durante o XXXI Colégio de Presidentes de Subseções da OAB-GO, realizado em Catalão, no final de outubro, a Subseção de Formosa foi revelada como a vencedora da primeira edição do Prêmio Subseção Destaque com o projeto "A OAB vai até você!". Desde sua concepção, em maio deste ano, a ação leva assistência judiciária gratuita à população carente de Formosa e de municípios vizinhos sob jurisdição da Subseção daquela cidade.

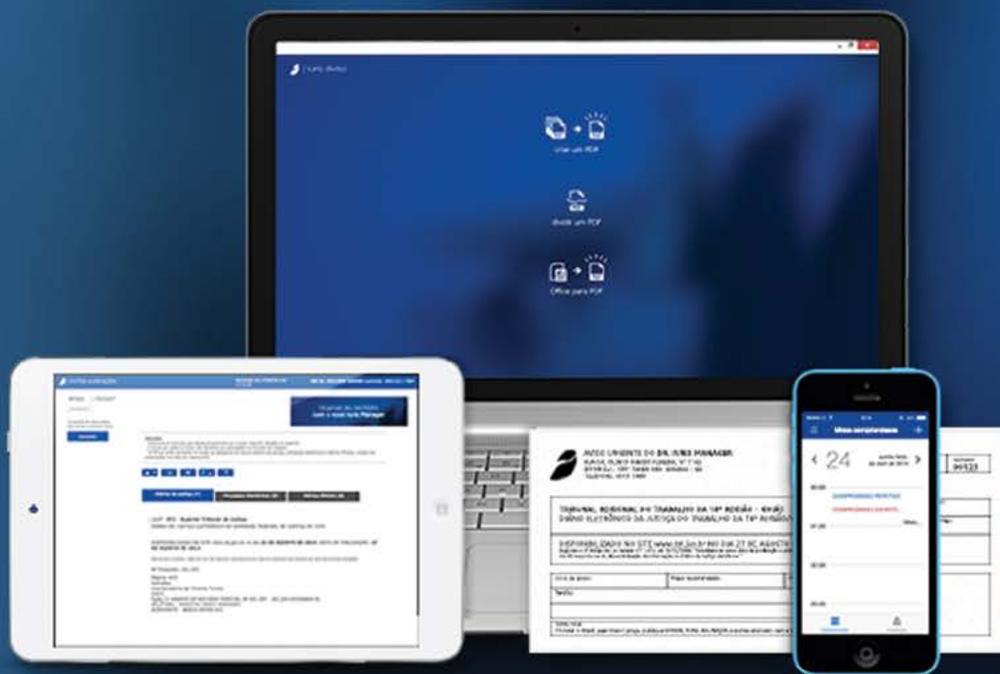
Campanha prevenção de câncer

A OAB-GO promoveu, em novembro, a campanha Novembro Azul, que teve o objetivo de conscientizar os homens quanto à prevenção do câncer de próstata, destacando o combate à doença e estimulando a população masculina à realização de exames preventivos. Durante o mês todos os colaboradores foram convidados a usar blusa azul durante o expediente, em sinal de adesão à campanha.

Ensino jurídico

O Comissão de Ensino Jurídico (CEJ) da OAB-GO, Carlos André Pereira Nunes, foi nomeado membro ad hoc da Comissão Nacional de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB. A Seccional Goiana está entre as cinco escolhidas para fazer um padrão de relatório que será utilizado para averiguar a qualidade do ensino jurídico no Brasil. O documento deverá ficar pronto neste janeiro de 2015 e será encaminhado ao Conselho Federal da OAB.

Prepare-se, em 2015 a inovação
vai evoluir o seu conceito de advogar.



Segurança no acompanhamento de prazos processuais
e toda tecnologia para a gestão do seu escritório



Atendimento: 62 4013-7489 (Grande Goiânia) OU 0800 210 7489 (outras localidades)

www.avisourgente.com.br | ZapSAC: 62 8251-4241



Exercer a advocacia
sem inscrição na OAB é crime.

Exija do seu advogado a inscrição na Ordem ou
consulte a OAB antes de contratar um profissional.

Só assim garantimos serviços
de qualidade e justiça para todos.



A ordem
é valorizar
o advogado.

www.oabgo.org.br